

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências
Campus de Bauru – SP

JULIO CESAR GONÇALVES DA CRUZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO: o professor como
agente protagonista**

BAURU – SP
2023

C957e CRUZ, Julio Cesar Gonçalves da
Educação Física Infantil e Projeto Político Pedagógico : O professor como agente protagonista / Julio Cesar Gonçalves da CRUZ. -- Bauru, 2023
119 p. : tabs. + objeto educacional

Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

1. Educação Física escolar. 2. Educação Infantil. 3. Projeto Político Pedagógico. 4. Interdisciplinaridade. 5. Linguagem Corporal. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JULIO CESAR GONÇALVES DA CRUZ

EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: o professor como agente protagonista

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dra. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

Data da defesa: 13/09/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

**Presidente e Orientador: Prof.^a Dra. Dagmar
Aparecida Cynthia França Hunger**
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Faculdade de Ciências - Bauru

Membro Titular: Prof.^a Dra. Soraia Chung Saura
Universidade de São Paulo – USP
Escola de Educação Física e Esporte
Faculdade de Educação

**Membro Titular: Prof.^a Dra. Andresa de Souza
Ugaya**
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Faculdade de Ciências - Bauru

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências
Unesp – Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE JULIO CESAR GONÇALVES DA CRUZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 09:00 horas, no(a) Sala 3 da Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de JULIO CESAR GONÇALVES DA CRUZ, intitulada **EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: O PROFESSOR COMO AGENTE PROTAGONISTA**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências Unesp Campus Bauru, Profa. Dra. ANDRESA DE SOUZA UGAYA (Participação Presencial) do(a) Departamento de Educação Física / UNESP Faculdade de Ciências de Bauru SP, Profa. Dra. SORAIA CHUNG SAURA (Participação Virtual) do(a) Escola de Educação Física e Esporte / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER



DEDICATÓRIA

A todos os meus alunos, que, nestes 25 anos de docência, me ensinaram a brincar, interagir, olhar e compartilhar...enfim, a ser feliz.

AGRADECIMENTOS

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

Aos meus filhos Matheus, Daniela e Ricardo, amor e inspiração diária.

À minha companheira de vida Josy, sempre ao meu lado, me incentivando e apoiando em todos os momentos.

A todos os professores que já conheci nesta longa jornada no ensino básico. Quanta troca e aprendizado!

Aos meus companheiros de ProEF, nesta trajetória tão intensa, rica e gratificante.

Ao ProEF e seus professores, pela oportunidade de tanto aprendizado e crescimento profissional.

À minha orientadora Professora Dagmar Hunger, pelo apoio, direção e compartilhamento de seus conhecimentos. A clareza e objetividade de suas orientações foram fundamentais em todo o processo. Eterna gratidão!

A todos os meus colegas de profissão, que gentilmente colaboraram para a elaboração desta pesquisa. Quero estender meus agradecimentos a todos os professores do Brasil, aqueles que sonham e que nunca perdem a esperança, pois, apesar das incertezas e dificuldades, dedicam-se diariamente ao máximo com seus alunos.

*“Há um menino, há um moleque
morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me
dar a mão”*

(Milton Nascimento, 1989)

CRUZ, Julio Cesar Gonçalves da. **Educação Física Infantil e Projeto Político Pedagógico**: o professor como agente protagonista. Orientador: Prof.^a Dra. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger . 2023. 119 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru, 2023.

RESUMO

A educação física, apesar de ser obrigatória na educação básica, ainda enfrenta desafios, desconfiças e invisibilidade. Na educação infantil, a educação física não atua em sua plenitude, o que compromete a posição e o protagonismo do professor de educação física na escola. Dentro deste contexto, o pesquisador após anos de docência na EI, através de uma prática pedagógica voltada para a linguagem corporal, em que o vínculo, as emoções e as interações podem ser vistos como articuladores para uma abordagem interdisciplinar, fez o seguinte questionamento: qual o lugar, papel e as possibilidades da educação física e de seu professor na educação infantil, utilizando o PPP como caminho facilitador? Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar a atuação do professor de educação física e o papel da disciplina na educação infantil, relacionada ao processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico (PPP). E nessa conjuntura, como a educação física pode agregar em termos de qualidade para o ensino das crianças da educação infantil, e para o processo de criação do PPP, através de uma práxis pedagógica onde a linguagem corporal atua como um articulador interdisciplinar. A pesquisa foi de natureza qualitativa, de modo exploratório, no tempo presente. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário a 25 professores de educação física da rede pública de ensino de São Paulo. Além disso, foi feita a análise documental de seis PPPs de escolas públicas da cidade de Itupeva-SP. Também foi realizada uma revisão de literatura, com a seleção de 27 artigos que sustentaram o arcabouço teórico para a compreensão e análise de dados através da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa indicaram que a formação inicial e continuada de professores de educação física não prepara os profissionais para participarem da elaboração e implementação do PPP. Além do mais, educação física tem pouco espaço na escola, e sua abordagem na EI ainda é predominantemente biológica e motora, em detrimento do lúdico, do brincar e da linguagem corporal. Quanto aos PPPs analisados, estes retratam o panorama exposto pelos professores, com pouco espaço para a educação física e, quando esta é abordada, é de forma tímida, equivocada e descontextualizada. Conclui-se, pois, que para enfrentar os desafios ainda existentes, o professor de educação física na educação infantil pode vislumbrar possibilidades de avanços em seu protagonismo, através de mudanças de perspectivas de atuação docente, trazendo a linguagem corporal como elemento de aproximação com outras áreas de conhecimento. Essa mudança pode ser significativa, no sentido de empoderar o professor e conseqüentemente aumentar as possibilidades de participação efetiva no momento da construção e aplicação do PPP, trazendo o real valor da educação física, em prol de uma educação infantil de mais qualidade para as crianças.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Educação Infantil. Projeto Político Pedagógico. Interdisciplinaridade. Linguagem Corporal.

CRUZ, Julio Cesar Gonçalves da. **Educação Física Infantil e Projeto Político Pedagógico**: o professor como agente protagonista. Orientador: Prof.^a Dra. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger . 2023. 119 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru, 2023.

ABSTRACT

Despite being mandatory in basic education, physical education still faces challenges, distrust, and invisibility. In early childhood education, physical education does not function to its full potential, which compromises the position and prominence of the physical education teacher in school. Within this context, the researcher, after years of teaching in early childhood education, through a pedagogical practice focused on body language, in which bonding, emotions, and interactions can be seen as connectors for an interdisciplinary approach, asked the following question: what is the place, role, and possibilities of physical education and its teacher in early childhood education, using the PPP as a facilitating path? Thus, the main objective of this research was to investigate the role of the physical education teacher and the role of the discipline in early childhood education, related to the process of elaboration and implementation of the political-pedagogical project (PPP). And in this context, how physical education can add in terms of quality for the teaching of children in early childhood education, and for the process of creating the PPP, through a pedagogical praxis where body language acts as an interdisciplinary connector. The research was of a qualitative nature, in an exploratory way, in the present time. For data collection, a questionnaire was applied to 25 physical education teachers from the public school system in São Paulo. In addition, a documentary analysis of six PPPs from public schools in the city of Itupeva-SP was carried out. A literature review was also conducted, with the selection of 27 articles that supported the theoretical framework for understanding and analyzing data through content analysis. The research results indicated that the initial and continuing education of physical education teachers does not prepare professionals to participate in the elaboration and implementation of the PPP. In addition, physical education has little space in school, and its approach in early childhood education is still predominantly biological and motor, to the detriment of playful, ludic activities, and, body language. As for the PPPs analyzed, they portray the panorama exposed by the teachers, with little space for physical education and, when it is addressed, it is in a timid, misguided, and decontextualized way. Therefore, it is concluded that, in order to face the challenges that still exist, the physical education teacher in early childhood education can envision possibilities for advances in their prominence, through changes in perspectives of teaching performance, bringing body language as an element of approximation with other areas of knowledge. This change can be significant in the sense of empowering the teacher and consequently increasing the possibilities of effective participation at the time of building and applying the PPP, bringing the real value of physical education, in favor of a higher quality early childhood education for children.

Keywords: School Physical Education. Early Childhood Education. Political-Pedagogical Project. Interdisciplinarity. Body Language.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pontuação média por dimensão dos 12 municípios e nacional (FMCSV).....	24
Quadro 1 - Cidades de atuação dos professores.....	55
Quadro 2 – Perfil dos professores de educação física.....	61
Quadro 3 – Categorias encontradas após a análise das respostas.....	62
Quadro 4 – Conhecimentos sobre Projeto Político Pedagógico.....	63
Quadro 5 – Formação acadêmica em Educação Física e conhecimento sobre o PPP.....	64
Quadro 6 – Formação acadêmica em Educação Física e preparo para lidar com o PPP.....	64
Quadro 7 – Participação em formação continuada em Educação Física que abordou PPP.....	66
Quadro 8 – Como a participação na formação contribuiu para a sua prática pedagógica em EF.....	66
Quadro 9 – Conhecimento e participação na elaboração do PPP.....	68
Quadro 10 – Percepção durante a elaboração do PPP.....	68
Quadro 11– Espaço destinado à EF durante o processo de elaboração e implementação do PPP.....	69
Quadro 12 – Importância do PPP para a prática pedagógica da EF.....	71
Quadro 13 - Presença do PPP na elaboração do plano de aula de EF.....	71
Quadro 14 - Categorias temáticas encontradas após a análise dos PPPs.....	76
Quadro 15 – Presença da educação Física nos PPPs das escolas de Itupeva.....	78
Quadro 16 - Conhecimento e participação na elaboração do PPP.....	80
Quadro 17 - Percepção durante a elaboração do PPP.....	80
Quadro 18 - EF durante o processo de elaboração e implementação do PPP.....	80
Quadro 19 - Formação acadêmica em Educação Física e preparo para lidar com o PPP.....	80
Quadro 20 - Participação em alguma formação continuada em Educação Física que abordou PPP.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EF	Educação Física
EI	Educação Infantil
EMEF	Escola Municipal de Educação Fundamental
EMEFEI	Escola Municipal de Educação Fundamental e Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EU	Unidade Escolar
HAC	Hora de Atividades Colaborativas
HE	Hora de Estudo
HTPC	Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
LDBEN	Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional
PEPPE	Projeto Eco Político Pedagógico da Escola
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProEF	Programa de Mestrado Profissional em Educação Física

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
1.2 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
1.2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA: O CORPO APRENDIZ E O MOVIMENTO CORPORAL COMO LINGUAGEM.	29
1.3 INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
1.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP).....	36
1.4.1 OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO..	39
2 METODOLOGIA	43
2.1 NATUREZA DA PESQUISA – QUALITATIVA	43
2.1.1 PROCEDIMENTO ÉTICO	43
2.2 MÉTODO DE ABORDAGEM – EXPLORATÓRIA	44
2.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	45
2.3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....	45
2.3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL, LINGUAGEM CORPORAL E O BRINCAR: BASES TEÓRICAS.	47
2.3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
2.4 UNIVERSO DE PESQUISA.....	56
2.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS (DOCUMENTAL E ORAL).....	57
3 A RELAÇÃO PROFESSOR, EDUCAÇÃO FÍSICA E PPP	59
3.1 O PPP SOB A ÓTICA DOCUMENTAL E PROFESSORAL.....	59
3.1.1 O DISCURSO PROFESSORAL.....	59
3.1.2 FORMAÇÃO INICIAL, FORMAÇÃO CONTINUADA E OS SABERES SOBRE O PPP ..	63
3.1.3 FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE EF E O PPP.....	63
3.1.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE EF E O PPP	66
3.1.5 PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA ELABORAÇÃO DO PPP	68
3.1.6 ESPAÇO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PPP	69
3.1.7 IMPORTÂNCIA DO PPP PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EI	71
3.1.8 CONTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA EI E DO PPP	72
3.2 O DISCURSO DOCUMENTAL.....	76
3.2.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PPPs	76
3.2.2 PROFESSORES E A PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS PPPs.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
PRODUTO EDUCACIONAL	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO	93

ANEXO B – RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS	105
ANEXO C – PRODUTO EDUCACIONAL.....	119

INTRODUÇÃO

Ao fazer uma retrospectiva da minha trajetória de 25 anos como professor de Educação Física escolar, posso afirmar que sempre foi marcada por um forte envolvimento com minha prática pedagógica e uma constante busca por aprimoramento. No entanto, gradativamente, foram surgindo inquietudes em decorrência do cenário educacional desafiador do nosso país, o que foi me fazendo refletir sobre o lugar, possibilidades e potencial pedagógico da Educação Física no contexto escolar e sua relação com a qualidade educacional nacional.

Nesse sentido, é crucial tentar compreender a qualidade da educação como uma questão crítica que envolve a humanização do indivíduo em busca de emancipação e a necessidade de uma gestão democrática, conforme destacado por Aranda (2023). Durante minha experiência como professor, percebi que a avaliação e a qualidade na educação são categorias complexas e dinâmicas, sujeitas a interpretações ambíguas e incertas que podem servir a diversos interesses. Portanto, é essencial compreendê-las no contexto das relações sociais e adotar uma abordagem crítica e histórico-social.

A percepção da qualidade pode variar de acordo com os atores e contextos envolvidos. Um gestor de uma escola pública pode ter uma noção diferente de busca pela melhoria da qualidade em comparação com um gestor de uma escola privada. Para o primeiro pode estar muito presente e evidente as fragilidades sociais e falta de políticas públicas que influenciam esta qualidade, enquanto para o segundo, os ganhos e perdas de ordem financeira atrelados ao mercado educacional, são muito mais urgentes. O mesmo ocorre com os professores, secretários, assistentes de pátio, alunos, familiares e outros membros da comunidade escolar. No entanto, se buscamos uma melhoria abrangente na qualidade da educação, especialmente para as camadas menos favorecidas, é necessário, conforme aponta Aranda (2023),

estabelecer uma relação com um projeto social que promova o desenvolvimento humano em vez da promoção mercadológica nacional vigente.

Essa abordagem exige a consideração das dimensões intra e extraescolares, socioeconômicas e culturais, bem como a compreensão do custo aluno-qualidade, qualidade social e política. É necessário analisar os processos educativos, incluindo práticas curriculares, planejamento pedagógico, avaliação e financiamento público. Também é importante considerar a formação e valorização dos profissionais de educação, além da organização sindical e a satisfação dos diferentes segmentos da educação. Diante do cenário brasileiro, é fundamental analisar as desigualdades regionais, municipais e locais, as normas e redes de ensino, assim como a dinâmica pedagógica e o currículo (ARANDA, 2023).

Nesta perspectiva, é importante relacionar essas reflexões com minha trajetória na Educação. Após os lampejos de lucidez vindo de todas estas dimensões citadas, somada às minhas experiências tão contrastantes na esfera pública e na privada, é que foi se configurando um professor crítico, comprometido e com desejo de melhorias para educação do nosso país. Um professor que vê a docência, como um modo de formação de cidadãos críticos e solidários, comprometidos em fazer uma sociedade mais justa e fraterna.

Meu início como professor, foi na rede particular de ensino na cidade de São Paulo, na segunda metade da década de 90. Esse contexto privilegiado proporcionou-me a possibilidade de uma busca constante por atualização profissional, por meio de cursos, pós-graduação, congressos, entre outros. Além disso, as escolas particulares nas quais trabalhei ofereciam recursos materiais de qualidade, espaços físicos adequados e uma boa organização escolar.

Esse cenário facilitou o desenvolvimento da minha prática docente e a evolução baseada nos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da minha trajetória. Ademais, sempre priorizei as emoções, os vínculos e as interações com as crianças, utilizando a intencionalidade pedagógica com ludicidade, mediando brincadeiras, jogos e contos, respeitando os conhecimentos prévios das crianças e incentivando

novas aquisições nesse sentido. Minha postura sempre foi ativa e participativa nas atividades com as crianças, possibilitando imersão, criatividade e ressignificação. Na educação infantil, a linguagem corporal está presente em todos os momentos, e, para mim através desta linguagem, transformar qualquer situação em oportunidade de aprendizagem ou intervenção, sempre foi algo natural.

Deste modo, todas as atividades e momentos das crianças na escola podem ser vistos como oportunidades para observar e interagir com suas linguagens, especialmente na educação infantil, onde a linguagem do corpo, o movimento e a expressão desempenham papéis fundamentais na comunicação, aprendizagem e desenvolvimento. Inclusive nessa fase, a própria linguagem corporal do professor, durante as atividades, pode ser um meio de aproximação com os alunos, gerando confiança, vínculo e afeto.

Entretanto, apesar de pouco a pouco ir ganhando protagonismo, percebi que minha atuação docente não agregava valor à disciplina da Educação Física em si, o que me levou a buscar compreender os motivos por trás desse desprestígio. Nesta reflexão, González (2020) destaca três categorias que contribuem para o desprestígio da Educação Física dentro da cultura escolar: a invisibilidade do conhecimento disciplinar, o abandono funcional do trabalho docente nas aulas de Educação Física e as hierarquias dos saberes escolares.

A invisibilidade ocorre quando os agentes escolares não reconhecem o que deve ser ensinado na disciplina, resultando em diferentes formas de ocupar o tempo da aula sem análise crítica. Isso leva ao abandono funcional por parte dos docentes, que é valorizado por sua utilidade no funcionamento da escola, mesmo que ele não ofereça um programa de ensino consistente. Essas duas categorias estão relacionadas à posição inferiorizada da Educação Física em relação a outras disciplinas, o que dificulta sua participação no projeto educacional e a prática pedagógica de qualidade. (GONZÁLEZ, 2020).

No dia a dia escolar e principalmente durante reuniões pedagógicas, comecei a perceber o tratamento e o espaço diferenciado dado aos professores de outras

disciplinas. Aproximar-me das professoras pedagogas para trocas pedagógicas ou possibilidades de intervenções interdisciplinares era uma tarefa solitária, com poucas oportunidades fornecidas ou incentivadas pela gestão escolar. Sim, conseguia ter voz em relação aos processos dentro da escola, porém muito mais pelo carisma e vínculo que aparecia na relação com as crianças, o que fornecia relevância à minha aula de educação física, do que pelo reconhecimento da importância da práxis da educação física, por parte dos outros atores da escola. Na verdade, esta práxis nem era conhecida na sua integralidade. Além disso, outro ponto importante é que meu discurso era impregnado de conhecimentos oriundos da pedagogia e psicopedagogia, o que validava bastante minha voz, mas contribuía para uma relevância menor da nossa área. Hoje percebo também, que essa mesma voz, não estabelecia consonância com o discurso dos outros professores de educação física, este ainda bastante restrito ao “esporte-desempenho”, “técnicas”, “desenvolvimento motor”, “habilidades motoras”, aspectos que eu começava a ressignificar, mesmo que ainda de forma muito incipiente e intuitiva.

Quando há sete anos, ingressei na rede pública de ensino em Itupeva-SP, esses fatores limitantes surgiram com muito mais evidência. Além dos fatores já mencionados, dois outros apareceram: a fragilidade socioeconômica da população atendida e a falta de investimento público adequado. Este último particularmente, gerando carência na infraestrutura e desorganização das unidades escolares, e por conseguinte, impactando negativamente os processos pedagógicos. Este panorama agravava ainda mais a situação. Encontrei um cenário de desvalorização da Educação Física, confirmada em falas de professoras e gestoras, onde ficava subtendido que a educação física era considerada apenas como um "momento de brincadeiras ou lazer" ou "o momento de H.E. (Hora de estudo) da professora polivalente".

Esta visão coloca o profissional de educação física em uma posição de pouca relevância no quadro de professores, aparentemente sem um campo de estudo consistente, distante da aura de uma disciplina realmente “educativa” que é atribuída à Matemática, Português ou História, por exemplo. Assim, para a comunidade escolar, a Educação Física aparece somente como um componente a mais na grade curricular,

porém em uma posição “menor” e sem a total compreensão de suas possibilidades em prol do desenvolvimento dos alunos do ensino básico.

Entretanto, com o passar do tempo, percebi que uma parcela dos professores de educação física da rede, realmente pouco faziam para mudar este quadro. Práticas tradicionais, descontextualizadas ou as famosas “aulas livres”, onde o aluno pode brincar livremente, utilizando os materiais de EF, acabavam por ratificar a imagem que a escola tinha destes profissionais.

Considerando o que foi exposto, e apesar de nos últimos anos, ter se intensificado o debate acerca da necessidade de alçar a educação física a uma posição de disciplina educativa, em contraposição a uma atividade exclusivamente prática, mecânica e esportivista, não avançamos o suficiente.

De acordo com Bagnara (2018) os ganhos legais e teóricos deste debate não recebem o tratamento adequado nas aulas de educação física e que a tradição mecanicista, competitivista e esportivista da EFE foi substituída pela cultura do “rola a bola”, caracterizada pelo abandono docente ou desinvestimento pedagógico. Neste modelo, a aula de educação física passa a ser um momento “livre”, onde os alunos podem fazer qualquer coisa, ou simplesmente não fazer nada, sob os “cuidados” do professor. Neste sentido, González (2020, p.136), afirma que “trata-se da atuação do professor que não apresenta grandes pretensões com suas práticas; talvez a pretensão maior seja a de ocupar seus alunos com alguma atividade. Frequentemente, a ação se reduz a uma simples administração do material didático (bolas, redes, cordas).”

Em síntese, a inércia, a falta de empenho e a ausência de pretensões pedagógicas resultam na configuração de um fenômeno conhecido como “não aula”. Nesse contexto, referimo-nos a uma modalidade de atuação caracterizada pelo desinteresse no processo de ensino, desvinculado e sem comprometimento com o papel docente. (González, 2020).

No entanto, mesmo diante dessas limitações, consegui manter o mesmo padrão de aulas que tinha nas escolas privadas, adaptando-me às restrições de espaços reduzidos, escassez de materiais e excesso de alunos por turma. Os direitos de aprendizagem para a concretização de um processo educativo eficaz na educação infantil, podem e devem estar presentes, independentemente do contexto em que são buscados. O estabelecimento de vínculos emocionais, a promoção da autonomia e do protagonismo do aluno são possíveis, mesmo em situações desfavoráveis. (BNCC, 2018)

Foi nesse contexto que tive meu primeiro contato com um projeto político-pedagógico (PPP) durante sua fase de elaboração. Para mim, essa experiência foi algo totalmente novo, uma vez que concluí minha graduação no início da década de 80, em um período de redemocratização do Brasil, no qual a formação sobre esse documento ainda era escassa. Naquela época, os debates sobre gestão democrática nas escolas estavam apenas começando e só foram consolidados em 1996, como uma das principais diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No início do meu percurso docente, embora a existência do PPP também fosse obrigatória nas escolas particulares, nunca havia sido mencionada a necessidade de sua elaboração e implementação. Curiosamente, em uma das escolas em que trabalhei, quando questionado sobre a existência do PPP, foi-me informado de que ele não existia, pois a delegacia de ensino havia aceitado um plano escolar elaborado pela direção e pelos coordenadores.

Infelizmente parece que esta situação pouco avançou. Em sua pesquisa sobre formação inicial e atuação docente, Bagnara (2018), revela através de seu diário de campo e narrativas dos professores de EF pesquisados, a quase inexistente abordagem acerca do PPP durante a graduação.

“Apesar da importância do PPP, os dados indicam que “os documentos escolares foram conhecidos, e ainda de forma superficial, na escola, e não na FI” (DC). O professor Patric afirma: Fui ter contato com um PPP após iniciar como professor aqui na escola. O professor Ivan relata: Não me lembro de ter estudado o PPP na FI. Tivemos didática, legislação educacional, mas o foco foi a LDB.” (BAGNARA, 2018, p. 280).

O início da elaboração dos PPPs em Itupeva se deu em 2016, porém o processo foi interrompido em 2020 devido à pandemia de Covid-19, atrasando o plano de educação da cidade, que previa a implementação de todos os PPPs nas unidades escolares até o final de 2020. Logo após, em 2021, iniciei minha trajetória no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física Escolar em Rede Nacional (ProEF). Esse programa proporcionou-me reflexões profundas sobre o lugar da Educação Física no contexto da educação pública. Ao adquirir novas perspectivas sobre as fragilidades, desafios e possibilidades do profissional de Educação Física no ensino básico, surgiu em mim o desejo de encontrar maneiras de ajudar a promover mudanças nesse cenário, particularmente na educação infantil. Nesse sentido, o PPP ressurgiu como um recurso valioso, assim como, um excelente guia para essa jornada.

E durante este itinerário do mestrado, em meio a dúvidas, questionamentos e vislumbres de como a educação física poderia encontrar meios de mudar seu protagonismo na etapa da educação infantil, surge a linguagem corporal, elemento onipresente na Educação Infantil e no campo de conhecimento da Educação Física, como um ponto suscitador de contradição. Torna-se peculiar, ou mesmo paradoxal, que o fato de um segmento que incorpora como um dos componentes fundamentais em seu processo de ensino-aprendizagem, qual seja, o corpo do educando, representado como um “corpo-aprendiz”, relegar a um plano secundário a disciplina da Educação Física, que tem como objeto de estudo o corpo em movimento, também aprendiz e produtor de cultura.

À vista disso, esta última reflexão, em conjunto com as possibilidades do PPP, leva a pergunta norteadora que vai nos guiar dentro desta pesquisa:

“Qual o lugar, o papel e as possibilidades da educação física no Projeto Político-Pedagógico (PPP) na Educação Infantil.?”

Com base nessa pergunta, o objetivo geral deste estudo foi investigar qual o lugar e o papel da educação física no Projeto Político-Pedagógico (PPP) na Educação Infantil. Suas possibilidades e eventuais necessidades de mudanças. Para alcançar esse objetivo, serão considerados os seguintes objetivos específicos:

1- Avaliar o conhecimento, percepções e experiências dos professores de Educação Física em relação ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e sua aplicação na Educação Infantil.

2- Analisar os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de diferentes instituições de Educação Infantil, verificando a forma como a Educação Física é contemplada, suas diretrizes e sua articulação com os objetivos educacionais, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

3- Investigar a influência e a importância do PPP na prática pedagógica da Educação Física, considerando a participação dos professores na elaboração do documento, bem como sua utilização na elaboração de planos de aula.

Ao investigar essas questões, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão do papel da Educação Física no contexto dos PPPs, dentro das instituições de Educação Infantil, fornecendo subsídios para aprimorar a implementação e valorização dessa disciplina no desenvolvimento integral das crianças. A análise dos PPPs permitirá identificar boas práticas e desafios na contemplação da Educação Física nesses documentos, possibilitando a proposição de recomendações para aprimorar sua articulação com os objetivos educacionais estabelecidos, em relação à estrutura, organização e práticas didático-pedagógicas. Considerando também a influência e a importância do PPP na prática pedagógica da Educação Física, especialmente no planejamento e na execução dos planos de aula.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no processo educacional, sendo considerada a base para o desenvolvimento integral das crianças. A trajetória da educação infantil no Brasil é relativamente jovem. Os primeiros estabelecimentos voltados ao ensino das crianças em tenra idade surgiram durante o século XIX, porém, estavam direcionados exclusivamente aos filhos de famílias abastadas. Entretanto este modelo, que “privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República pois “o sistema federativo de governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior – responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – que deveria ser reservado aos estados.” (Souza, 2018, p.3). Somente ao longo do século XX é que a educação infantil para os pequenos provenientes de famílias desfavorecidas começou a se desenvolver, com a criação de instituições públicas como creches e escolas de ensino pré-escolar.

Em 1996, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação infantil no Brasil foi regulamentada. A LDBEN respaldada pela Constituição Federal de 1988 (art. 208), estabelece que a educação infantil é obrigatória e gratuita para todas as crianças a partir dos quatro anos de idade. Ela também determina que a educação infantil deve ser oferecida em creches e pré-escolas, que devem ser mantidas pelo poder público ou por instituições privadas sem fins lucrativos. Aparece na LDBEN como incumbência dos municípios e deveria, até 1999 (três anos após a promulgação da LDB), estar integrada ao respectivo sistema de ensino. (LIBANEO,2012, p.345).

A LDB também estabelece que a educação infantil deve ser orientada pelos princípios da inclusão, da equidade, da diversidade e da proteção integral à criança. Acrescentando, “a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LIBANEO,2012, p. 345).

Em resposta aos princípios e diretrizes estabelecidos pela LDB, em 1998 foi promulgado o Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil (RECNEI, 1998), documento que orienta a organização curricular da educação infantil, definindo objetivos, conteúdos e metodologias para o desenvolvimento integral da criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2001) chegam a seguir, como um documento que aprofunda os princípios e diretrizes do RCNEI, fornecendo mais detalhes sobre os conteúdos e metodologias da educação infantil. Nesta esteira, depois de algum tempo é homologada a Base Nacional Comum Curricular, documento que tomando como base as diretrizes instituídas pela DCNEI, define quais são os conteúdos mínimos obrigatórios para este segmento.

A Constituição de 1988 estabeleceu em seu artigo 218, a necessidade de traçar um plano nacional de educação (PNE). Consta neste artigo, que estes planos sejam decenais, com “o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. (Constituição, 88). Após a promulgação da atual Constituição, já foram estabelecidos três PNEs, sendo que o atual tem vigência de 2014 a 2024.

Após a aprovação do atual PNE, houve um notório aumento do acesso à Educação Infantil em nosso país, o que gerou novos olhares e debates sobre essa etapa da educação básica. No entanto, é importante questionar se a universalização de oferta e a qualidade da Educação Infantil estão caminhando juntas nesse contexto.

Dados obtidos por uma pesquisa realizada em 12 municípios brasileiros pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Sociais (LEPES/USP) com apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) revelaram que a avaliação da amostra da Educação Infantil foi considerada apenas regular (FMCSV, 2022).

Figura 1 – PONTUAÇÃO MÉDIA POR DIMENSÃO DOS 12 MUNICÍPIOS E NACIONAL

MUNICÍPIO	INFRAESTRUTURA	CURRÍCULO, INTERAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	EQUIPE E GESTÃO
♥ Município 1	1.92	1.36	1.89
♥ Município 2	1.74	1.60	1.83
♥ Município 3	2.06	1.67	1.96
♥ Município 4	1.97	1.83	1.93
♥ Município 5	1.87	1.67	1.95
♥ Município 6	2.11	1.91	1.98
♥ Município 7	2.02	1.88	1.88
♥ Município 8	1.59	1.37	1.72
♥ Município 9	1.79	1.69	1.70
♥ Município 10	1.99	1.85	1.73
♥ Município 11	1.73	1.40	1.86
♥ Município 12	1.71	1.63	1.82
🇧🇷 Nacional	1.91	1.69	1.85

LEGENDA: INACEITÁVEL INADEQUADO REGULAR BOM ÓTIMO

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV / LEPES-USP

Essa constatação nos obriga a refletir sobre as dimensões analisadas nessa avaliação: infraestrutura, equipe e gestão, currículo e interações e práticas pedagógicas das unidades escolares. Importante destacar que, entre esses aspectos, as práticas pedagógicas emergem como o mais frágil desse panorama, dado importante que mais adiante iremos ponderar.

Em termos objetivos, significa que as crianças possuem acesso a uma infraestrutura, no que compreende estrutura predial, equipamentos e presença de materiais pedagógicos, capaz de atendê-las, mas que não gera experiências que ampliem sua autonomia, que as colocam como protagonistas (FMCSV, 2022).

Este resultado geral acaba traduzindo uma oferta mínima às crianças, porém evidenciando que existe margem para avanços em conjunto com a necessidade de caminhar em direção a efetivação do que é recomendado nos documentos oficiais da educação infantil.

O brincar, por exemplo, é concebido não só como um direito de aprendizagem e desenvolvimento pela BNCC, como também um dos eixos estruturantes da Educação Infantil pelas DCNEI. Portanto, cotidianamente, as crianças deveriam ser expostas, por meio do lúdico, a ampliação e diversificação do acesso a produções culturais, conhecimentos, imaginação, criatividade, experiências emocionais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (FMCSV, 2022)

Avançando um pouco mais, podemos apontar algumas debilidades peculiares a cada aspecto analisado nesta pesquisa, que pode nos ajudar a refletir durante a caminhada rumo a concretização dos objetivos do presente trabalho.

No que tange à Equipe e Gestão, a pesquisa aponta que muitos profissionais dentro da escola possuem formação e comprometimento mínimos para atuar com as crianças, mas não se preocupam em pesquisar recursos ou possibilidades de ampliação do processo de aprendizagem. Tampouco oferecem momentos de troca, reuniões ou formações.

Olhando para a Infraestrutura, apesar de ser oferecido nessas escolas, espaços internos com a mínima adequação para as crianças, é nos espaços externos que aparecem mais vulnerabilidades, “o que significa, respectivamente, que embora haja pátio e parque infantil, no geral, ainda se carece de espaços externos com elementos da natureza, bebedouros com água filtrada na altura das crianças e áreas de areia; assim como, de forma crítica, há um déficit de bancadas para trocas de fraldas” (FMCSV, 2022, p. 29).

Não podemos esquecer também que, mesmo em uma infraestrutura adequada ou com condições mínimas de atender com qualidade essas crianças, um número excessivo de alunos pode comprometer ou até mesmo anular qualquer tentativa de

prática pedagógica. Este é um ponto muito importante, que parece ser relegado a segundo plano por algumas Secretarias de Educação, ao não contemplar a relação adequada de m² x aluno em sala de aula¹ (ou “sala de referência” de acordo com a pesquisa). “Uma menor quantidade de crianças na sala de referência também pode influenciar as práticas dos professores na medida em que pode propiciar uma maior adequação das estratégias educativas às características das crianças daquele grupo, demonstrando um respeito ao ritmo de aprendizagem de cada criança.”(FMCSV, 2022, p.48)

Finalmente olhando para o resultado da dimensão Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas, são proporcionadas oportunidades de aprendizagem sobre os saberes que estão na BNCC, entretanto sem o uso de estratégias lúdicas e que favoreçam o protagonismo da criança. Por exemplo, os alunos podem acessar os materiais somente por intermédio do professor e nunca de maneira autônoma, existem poucos momentos de brincadeira livre e nas práticas de oralidade, não há incentivo do professor para que as crianças expressem suas ideias.

Assim, o conjunto de dados apresentado por esta avaliação, deixa bastante claro que diligências direcionadas a melhorar a qualidade da educação infantil, ainda aparecem de forma fragmentada e com pouca eficiência. Poucas oportunidades de aprendizagem mesmo que em uma infraestrutura adequada, deve levar a necessidade de repensar os motivos que estão levando à não garantia dos direitos de aprendizagem das crianças.

Nessa conjuntura, volto a refletir em como a educação física pode contribuir para garantir estes direitos de aprendizagem, dentro do desenvolvimento integral da criança. Isto posto, vamos falar sobre Interdisciplinaridade, conceito que pode surgir como um caminho importante para a aproximação dos profissionais de educação

¹ Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 não definir um número específico de alunos por metro quadrado em uma sala de aula, existem projetos de lei que estabelecem esse critério. Um exemplo é o Projeto de Lei nº 1188/2019, que propõe uma relação máxima de 1 aluno para cada 1,50 m².

física, através do seu campo de estudo, com docentes de outras áreas de conhecimento.

1.2 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do momento em que a Educação Física foi alçada à condição de componente curricular obrigatório na Educação Básica pela Lei 10.793 (BRASIL, 2003), que alterou a Lei 9.394 e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o componente vem pouco a pouco exigindo seu lugar na Educação Infantil (EI). Essa reivindicação é justificada pelas especificidades desta etapa do desenvolvimento infantil e sua relação com a educação do/pelo corpo. Entre essas especificidades, destaca-se o movimento humano, elemento onipresente nas interações e nas brincadeiras, que são eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010).

No entanto, ainda existem barreiras que dificultam a presença e a atuação plena do professor de Educação Física na Educação Infantil. Uma delas é a não obrigatoriedade de um professor especialista para ministrar aulas de Educação Física nessa etapa, o que possibilita que os sistemas de ensino e/ou as escolas deixem esses momentos a cargo das professoras polivalentes. Esse argumento é fundamentado na ideia de uma estrutura escolarizada menos segmentada, que favoreça a aprendizagem interdisciplinar.

No entanto, é importante considerar novamente que a fragmentação do currículo não deve ocorrer na Educação Infantil, etapa em que se busca minimizar as dicotomias entre disciplinas, em prol de uma abordagem integrada e indissociável (RODRIGUES; FREITAS, 2008 apud QUARANTA, 2016, p. 61). Portanto, a presença de um professor especialista na Educação Física não é a causa da fragmentação do

currículo, mas sim a continuidade de práticas descontextualizadas e desarticuladas do todo (QUARANTA, 2016, p. 61). Ademais, como dito anteriormente, se olharmos para o campo de estudo da educação física, podemos entender que o movimento da criança pequena é um elemento aglutinador pelo qual o conhecimento pode ser explorado de maneira interdisciplinar, pois é por meio do movimento que ela realiza experiências e se comunica com o mundo. (SOARES; PRODÓCIMO; DE MARCO, 2016, p. 1198).

Em instituições ou sistemas de ensino que já contam com a presença do professor de Educação Física na Educação Infantil, nem sempre sua atuação está alinhada com o papel que deveria desempenhar nessa etapa. Um dos obstáculos relacionados a esse cenário é a visão equivocada de outros agentes escolares (professores polivalentes, funcionários e gestores), que ainda persiste em relação à Educação Física, reduzindo a atuação do professor a um simples momento de recreação ou prática de esportes, afastados dos processos de aprendizagem na escola (PRANDINA, 2016). Infelizmente, alguns professores de Educação Física, devido às lacunas em sua formação inicial, acabam reforçando esse estereótipo por meio de práticas descontextualizadas e desconectadas do real alcance de seu campo de conhecimento e atuação. Conforme destaca GOES (2020, p. 45), em sua pesquisa com docentes na cidade de Santo André, "o processo de formação básica foi insuficiente para a compreensão da infância e da Educação Infantil, com predominância das ciências biológicas sobre as ciências humanas, o que ainda repercute na prática profissional".

Diante disso, aparenta ser necessário a ressignificação dos termos "biológico", "cognitivo" e "socioemocional", dentro da EF., se afastando de dicotomias. A criança é seu corpo na totalidade, é um corpo que é biológico, que raciocina, que se relaciona e que sente, tudo ao mesmo tempo. Que é linguagem, que aprende e que ensina.

1.2.1 Educação Física: O corpo aprendiz e o movimento corporal como linguagem.

O ser humano tem como característica ontológica, no decorrer do desenvolvimento infantil, construir seu arcabouço de conhecimentos através do movimento corporal. O aprendizado da cultura corporal do movimento requer a experimentação, ou seja, precisa do movimento para se efetivar e assim fazer parte do repertório de conhecimentos da criança.

O movimento é de natureza social (sócio motricidade) dado que é por ele e através dele que se processa, provoca e detona a maturação do sistema nervoso da criança que é, no seu acabamento e formação individual, função do misto de relações e correlações entre a ação e a sua representação. Movimento que é abstração pensada e pensamento que é o resultado das relações e correlações entre o biológico e o sociológico (FONSECA, 1987, p. 28).

Ademais, o movimento é uma linguagem importante usada pela criança, no seu modo de se expressar, conhecer, explorar, simbolizar, significar, apreender e aprender o mundo.

O movimento é uma forma de linguagem que proporciona autonomia para a criança, pois se compõe de expressão e intenção. Durante as atividades, as crianças exploram interações sociais e o meio ambiente, conhecem espaços, entendem conceitos, estabelecem relações entre objetos e acompanham ritmos e músicas, ações que se concretizam por meio do brincar (SOARES, PRODÓCIMO; DE MARCO, 2016, p. 1196).

Diante disso o que surge então é que provavelmente, mudanças de paradigmas são possíveis na didática da educação física desta etapa. Este movimento de mudança, pode ser um caminho para ressignificar o papel do professor, aumentando seu protagonismo. E, ao mudar o olhar e verificar a presença do movimento corporal e os seus domínios, durante todos os momentos em que a criança está na escola, pode facilitar o afastamento de práticas tradicionais e ultrapassadas, bem como o

abandono de modelos mais adequados às outras etapas de ensino. Uma simples atividade de organização das mochilas por cores, ou arrumação de pratos em uma mesa, pode abarcar várias aprendizagens, tais como, atenção, foco, seriação, controle motor e tônico, etc. dependendo da mediação do professor. Esta mudança também pode trazer mais possibilidades de contextualização das atividades, proporcionando à criança, ganhos em termos de experimentação, significação e apropriação das propostas, conseguidas através da interação e reflexão com os seus pares e com o professor. Ademais, o fato de o professor perceber que o corpo e suas apropriações, está presente em todos os tipos de aprendizagens, pode tornar o processo de elaboração e efetivação de práticas interdisciplinares mais claras, articuladas e, portanto, realizáveis.

Podemos imaginar assim que, o profissional de educação física pode aumentar consideravelmente suas possibilidades de atuação, não ficando restrito às práticas voltadas somente para o desenvolvimento motor ou jogos e atividades da cultura corporal. Entendemos que este profissional, de maneira transdisciplinar, pode transcender as metodologias até aqui preconizadas, aceitas e utilizadas para a educação infantil no cotidiano escolar.

Sua atuação pode extrapolar o que é comumente realizado. Circuito motores, histórias e cantigas, jogos e exploração de materiais, realizados sob outro enfoque, devem continuar fazendo parte do planejamento destes profissionais. Contudo, pode haver uma ampliação nessas intervenções, propondo atividades que possam reconhecer os espaços, organizar materiais, movimentação e exploração pelos espaços da escola, relação com seus pares e adultos, etc. Atividades que são possíveis e devem fazer parte desta atuação didática, potencializando-a.

Estas atividades, vivenciadas de modo espontâneo, lúdico e prazeroso, trazem repetição com ressignificado, levando a uma “imagem corporal exercitada e vivida como um todo – e não em partes ou etapas – que é estruturante para o desenvolvimento do ser humano em geral e para sua existência em particular.” Saura (2019, p. 5).

Para além disso, e levando em consideração o que nos diz a BNCC, as interações e brincadeiras são o que devem fundamentar a proposta pedagógica, garantindo os seis direitos de aprendizagem, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017). Neste contexto, uma prática pedagógica que priorize o estabelecimento do vínculo com as crianças, além da busca pela sua autonomia no brincar, parece ser o caminho mais coerente.

Talvez a Educação Física, ocupando-se do debate e da reflexão acerca desse inventário de práticas corporais, possa revelar outros elementos obscuros que se impõem silenciosamente sobre os corpos na rotina e, assim, contribuir para uma formação humana que se comprometa com a desbarbarização da educação e, sobretudo, revele novos gestos de aproximação corporal e estética, outras possibilidades de ação, de comunicação consigo, com o mundo, com o outro. (RICHTER; VAZ. 2005, p. 91).

Assim, é desejável uma atuação docente onde a busca e estímulo a um sujeito brincante, deve ser perseguida, a fim de proporcionar possibilidades a esta criança de ser autônoma, criativa e produtora de suas próprias experiências e aprendizados. Neste ponto, vamos ao encontro de SAURA (2014, p. 164), quando nos diz que “No caso de considerar a criança como produtora de sua cultura e como sujeito de seu brincar, desloca-se esse interlocutor-criança da condição de objeto de uma reflexão, ou receptora da ação pedagógica, para a condição de sujeito de seu próprio aprendizado.”

Agregado a este pensamento, OLIVEIRA (2018), em sua análise sobre o processo civilizador de Norbert Elias, acrescenta que o brincar tem papel fundamental quando a criança entra em um estágio seguinte deste processo. Pulsões que foram e são suprimidas trazem problemas sensíveis que são mediados e adaptados através de atividades que estimulem as tensões em situações não permitidas em rotinas mais sérias. Neste cenário, para as crianças, os jogos, brincadeiras e atividades simbólicas, proporcionam uma situação adaptativa de conflitos sociais que foram sublimados, “ou, noutros termos, possibilitam um extravasamento de tensões e pulsões sociais deixados para trás em virtude do avanço civilizatório.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2018, p.2).

Dentro desta perspectiva, fica mais nítida a importância e necessidade da presença do brincar, da interação, do lúdico, do simbólico, durante a atuação docente na Educação Infantil.

1.3 Interdisciplinaridade e Educação Infantil

As reflexões sobre o termo interdisciplinaridade tiveram início no século XX como uma alternativa ao modelo fragmentado de abordagem das ciências, no qual os saberes são “fatiados” em análises que partem do macro até chegar ao micro. Essa estrutura segmentada teve origem no século XV e culminou na criação das disciplinas científicas e escolares. No Brasil, a interdisciplinaridade começou a ser discutida no final dos anos 60 e início dos anos 70, e desde então diversos autores têm explorado esse tema, como Paulo Freire, Hilton Japiassu, Olga Pombo e Ivani Fazenda.

A interdisciplinaridade não é uma ciência ou uma nova disciplina, mas sim a possibilidade de diálogo entre diferentes disciplinas e seus conceitos, sem anular ou diminuir os conhecimentos produzidos em cada área. Trata-se de uma integração dos diferentes conhecimentos para dar sentido aos conceitos científicos (OLIVEIRA, 2017, p. 74).

Dentro do contexto escolar, gradualmente surgiu a necessidade de uma formação integral do aluno, capaz de despertar um olhar mais crítico sobre os fenômenos que cercam seu contexto (COSTA, 2013, p. 37). Nessa perspectiva, surge o pensamento interdisciplinar, que busca reunir e complementar diferentes saberes. Os temas geradores, propostos por Paulo Freire, surgem como uma estratégia eficaz para alcançar esses objetivos.

A pesquisa interdisciplinar só é possível quando várias disciplinas se unem em torno de um mesmo objeto, criando uma situação-problema na qual os pesquisadores

estão dispostos a redefinir o projeto a cada dúvida ou resposta encontrada (FAZENDA, 2012, p. 38).

Esse movimento não visa eliminar as disciplinas ou excluí-las de determinada intervenção interdisciplinar, pelo contrário, deve dar a elas novo significado. Por mais contraditório que possa parecer, a interdisciplinaridade necessita de disciplinas fortalecidas, no sentido de que seus elementos constituintes devem ser ampliados, em direção aos elementos de outras disciplinas, potencializando seus próprios saberes. Pensando nas disciplinas, como pedaços de uma colcha de lã, assim como os fios de lã são diferentes, mas se entrelaçam para criar uma colcha única, os saberes das disciplinas diferentes podem ser combinados para criar uma nova e valiosa perspectiva.

Nessa interlocução, os professores surgem como protagonistas e representantes das disciplinas, agentes desta construção interdisciplinar. Neste âmbito, deve ser um professor engajado, aberto e disposto ao diálogo e aproximação. Como afirma Fazenda (2001, p. 48), “um sujeito portador de uma atitude comprometida em todas as suas afirmações e negações”. Estas afirmações aparecem como: o gosto por conhecer, seja de ordem prática, teórica ou ambas, que seja comprometido com seus alunos, que é insatisfeito com o que realiza, sempre com dúvidas sobre o trabalho realizado, podendo melhorá-lo. Ele é ousado em suas metodologias, sempre disposto a transformá-las. Estas características facilitam a reciprocidade e envolvimento entre os profissionais que a possuem, e em um ambiente propício, articulações interdisciplinares (FAZENDA, 2001).

Dentro dessa perspectiva, acreditamos que o trabalho interdisciplinar pode ser contemplado, pois essa abordagem permite a aproximação com todas as experiências vividas pela criança no contexto escolar.

Não obstante, com a crescente presença de professores especialistas (música, educação física, inglês, etc.) na Educação Infantil, há o risco de se estabelecer uma fragmentação que busca replicar o modelo curricular das etapas seguintes. Contrariamente a esse cenário imposto pela chegada de professores especialistas, a

nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e alguns autores defendem que os campos de experiências da Educação Infantil, com seus respectivos objetivos de aprendizagem, devem ser contemplados por meio da interlocução entre saberes, utilizando os eixos estruturantes da Interação e da Brincadeira.

Portanto, a organização curricular por Campos de Experiência Educativa possibilita aos professores desenvolver uma compreensão atualizada e complexa das áreas de conhecimento e das disciplinas acadêmicas, ao favorecer a visibilidade das inter-relações entre elas (BARBOSA, 2015, p. 192).

Assim, temos esta interlocução preconizada pela BNCC, e temos como práxis da educação física um corpo que aprende e produz cultura, através de sua linguagem própria, que perpassa por todos os processos de relação e aprendizagem na EI. Deste modo, parece simples estabelecer esta interdisciplinaridade dentro dos campos de experiência da BNCC.

Na esteira deste raciocínio, especificamente falando sobre cultura, podemos entendê-la como uma construção interdisciplinar, pois é composta de vários saberes. Segundo CANEDO (2009), é possível entender a cultura através de três concepções fundamentais: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano. Assim, saberes que transitam por estas concepções, como os artísticos, musicais, idiomas, danças, jogos, contos, entre outros, se relacionam interdisciplinarmente, facilitando, portanto, esta abordagem também na educação infantil. Pensando então na nossa construção sociocultural, sabidamente miscigenada e estabelecida sobre fortes pilares culturais africanos e indígenas, esta pode e deve ser abordada sob um viés interdisciplinar. Logo, a este corpo infantil, que é tanto produtor quanto reproduzidor de cultura, desde tenra idade, é fundamental ser oportunizado o contato direto com suas raízes.

No entanto, contrariando as orientações presentes na lei 10.639 (BRASIL, 2003), as oportunidades de aprendizagem relacionadas à educação étnico-racial ainda são bastante tímidas. A riqueza das culturas africanas, afro-brasileiras e

indígenas não pode ser negligenciada nem invisibilizada. As práticas corporais originárias dessas culturas ampliam o repertório cultural e socioemocional das crianças, visto que remetem à ancestralidade e tradições, proporcionando um profundo senso de pertencimento, empoderamento, além de referências que fortalecem a autoestima e a identidade. Por fim, essas práticas também desempenham um papel crucial na luta contra ideias racistas, preconceituosas e exclusivas.

Diante de tudo o que foi exposto, as especificidades da práxis pedagógica das professoras polivalentes, de música ou de artes, não excluem a linguagem corporal da criança e sua potente capacidade de significar, ressignificar, comunicar e se relacionar dentro do seu contexto sociocultural. Esta característica é inerente e primordial à criança nesta fase. Nesse sentido, podemos exemplificar com o campo de experiência “eu, o outro e nós”, quando a criança busca nas relações reforçar a sua identidade. Do mesmo modo acontece com outro campo de experiência “Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações”, quando a criança explora, ampliando espaços, reconhecendo-os e situando-se neste espaço-tempo. E isto tudo pode ser contemplado em todos os outros campos de experiência, em conjunto, com vários atores e com vários olhares: o artístico, musical, corporal, sensorial, com raciocínio e lógica. E neste viés, a linguagem do corpo surge como um dos fios de lã poderosos na analogia da construção desta nova “colcha” de conhecimentos.

Desta maneira, na possibilidade de um encontro interdisciplinar de professores em determinada atividade oferecida às crianças, concomitantemente pode haver um ganho de qualidade em relação ao tempo das crianças no cotidiano escolar. Nessa direção, vale a pena discorrer sobre o significado de “temporalidade das crianças”, que representa esta constância em descobrir, aprender e crescer, que não obedece ao tempo cronometrado, estabelecido. Assim, segundo Carvalho (2015, p.119), “as crianças não se movimentam somente pelos tempos fixos da vida cotidiana. A temporalidade das crianças, é o tempo da sua existência.” O tempo para a criança está intimamente ligado à intensidade, alegria, prazer, instantes e oportunidades que o próprio desenvolvimento humano reclama e proporciona (CARVALHO, 2015). Por

isso, o tempo linear, cronometrado da escola, por vezes não contempla as necessidades da criança em atividades. Atividades pensadas somente no tempo dos adultos, pode impedir a criança chegar ao “ápice” devido sua brevidade ou em um tempo prolongado, tornar uma atividade enfadonha.

Contudo, na perspectiva interdisciplinar, em uma situação ou atividade que tenha o aporte de vários “tempos”, proporcionados pelas aulas das disciplinas envolvidas dentro de uma grade horária flexível, pode ser criado um ambiente onde haverá maior constância de envolvimento, engajamento, fruição, descobertas e aprendizados. Apesar desta sugestão aparecer como desafiadora, pela “rigidez” cronológica da organização escolar, planejamentos e carga horária, possivelmente precisamos iniciar uma reflexão neste sentido, pois “é preciso pensar nos diferentes tempos da escola – o tempo institucional, o tempo da criança e o tempo do professor – e nos modos como tais formas de significação de tempo estão implicadas no exercício da docência no cotidiano escolar.” (CARVALHO, 2015, p.124).

Assim sendo, após todos estes apontamentos, parece-nos importante o aprofundamento de como esta práxis da educação física pode servir como interlocutora nas questões interdisciplinares, assim como pensar em estratégias e intervenções nesse sentido, que possam constar nos planos e projetos da escola, a fim de facilitar as aprendizagens da criança da educação infantil.

1.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que define a identidade, as diretrizes e as práticas de uma escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, em seu artigo 12, inciso I, estabelece que o PPP é obrigatório para todas as instituições de ensino, públicas ou privadas. A LDBEN também prevê que o PPP deve ser desenvolvido de forma coletiva, envolvendo todos

os agentes da comunidade escolar, como professores, funcionários, gestores, alunos, pais e representantes da sociedade civil. A exigência do PPP pela LDBEN, é uma importante conquista para a educação brasileira, pois fortalece a gestão democrática da escola e a autonomia escolar. O PPP também é um importante caminho para a promoção da qualidade da educação, pois permite que a escola defina seus objetivos, metas e ações de forma clara e transparente.

Todavia, convém antes de prosseguirmos, analisar o significado das três palavras que intitulam e ajudam a caracterizar este documento tão importante. No sentido etimológico, o termo **projeto** vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA apud VEIGA, 2013, p.12). Assim, podemos pensar que, projeto no âmbito da escola, é idealizar, elaborar, intencionar o que queremos fazer, analisar o presente pensando e propondo um futuro diferente., estabelecendo metas e prioridades.

Este projeto será **político**, pois reportará aos anseios de todos os participantes da comunidade escolar, pois a maior preocupação é criar condições, estratégias e ambientes necessários para a formação de um cidadão na sua plenitude, para determinada sociedade. Para além disso, ansiamos, talvez utopicamente, como diz Vasconcelos (2014, p.170) “alcançarmos a visão do ideal de sociedade e de homem.”

E finalmente será **pedagógico** pois ele deve definir suas práticas educativas, suas intencionalidades pedagógicas, em como organizar a escola no seu todo e particularmente a sala de aula, em prol destes objetivos, que estão em consonância com as características do contexto social que a escola está inserida. Propiciando condições adequadas para todos os atores envolvidos conseguirem este intento. E é neste âmbito pedagógico que os resultados do PPP podem ser profícuos, pois nesta “dimensão reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características

necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (VEIGA, 2013, p.13)

Estes esclarecimentos, vem no sentido de tipificar o PPP como um elemento importante para a gestão democrática da escola, pois este tem a intenção de garantir a participação de todos os envolvidos no processo educacional. Ao se instaurar este modelo que passa a nortear todas as decisões da escola, vamos ao encontro de Veiga (2013, p.13), quando diz que este processo busca “eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.”

Ele também é um importante recurso para a autonomia escolar, pois permite que cada escola se adapte às suas particularidades e necessidades locais, rumo a uma identidade própria. Dentro do exposto, a gestão democrática implica principalmente reconsiderar a estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. “A socialização do poder permite a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.” (Veiga, 2013, p.18).

Assim, ante a uma sociedade dinâmica, caracterizada por rápidas e constantes transformações, é importante que o PPP seja revisado periodicamente, possibilitando o acompanhamento destas mudanças, que são trazidas para dentro da escola por seus próprios agentes. Nesse sentido, é importante frisar a importância da divulgação deste documento, para toda a comunidade escolar, no sentido de que todos possam conhecer e participar do seu processo de elaboração e implementação.

Resumidamente, o PPP desempenha um papel crucial na promoção da qualidade da educação, pois permite que a escola defina seus objetivos, metas e ações de forma clara e transparente, possibilitando mudanças e ressignificações em

suas estruturas físicas, organizacionais e didático-pedagógicas. Particularmente neste último quesito, também orienta a prática docente, articulando conteúdos e métodos de ensino com os princípios e valores defendidos pela comunidade escolar.

1.4.1 Os desafios para a implementação do Projeto Político Pedagógico

Apesar da importância do PPP, muitas escolas enfrentam desafios para implementá-lo. Além da resistência à mudança, dificuldades de desenvolvimento do projeto, falta de apoio e recursos são algumas das barreiras enfrentadas pelas instituições de ensino.

A resistência à mudança é um dos principais desafios para a implementação do PPP. Muitas pessoas, dentro e fora da escola, estão acostumadas com a forma tradicional de educação, tanto em relação às suas práticas didáticas pedagógicas, como também no que diz respeito ao modo de gerir a instituição, arraigadas nas relações hierárquicas, rígidas e absolutas, e nesse sentido, fechadas a mudanças. Isso pode dificultar a implementação de um novo projeto, como o PPP.

Outro desafio para a implementação do PPP é a dificuldade de desenvolvimento. O PPP é um documento complexo, que deve abordar uma ampla gama de temas, como a filosofia da escola, os objetivos educacionais, a organização curricular, a gestão escolar e a avaliação institucional.

A falta de apoio e recursos é um desafio que também aparece para a implementação do PPP. Muitas escolas não têm recursos financeiros ou humanos suficientes para implementar o PPP. Isso pode dificultar a realização das ações e metas definidas no documento.

Almejando uma escola republicana, uma das características que surge como mais necessária para esta instituição que pretende avançar, é ser igualitária, inclusiva

e democrática, dando oportunidades a todos os seus atores de ter voz e atuação protagonista. Neste sentido cabe refletir como se dá as relações de poder dentro da escola, principalmente nas ocasiões de decisões dentro do seu ambiente.

Rotineiramente, podemos verificar que grande parte das mudanças concebidas na escola em relação às orientações, metodologias aplicadas, rotinas, estrutura física e organizacional, não são geridas e implementadas de forma democrática entre todos os agentes escolares, quais sejam, gestores, professores, alunos, familiares e funcionários. O caminho inverso prevalece, podendo ser adjetivado de antidemocrático, já que a determinação final vem de cima, com a imposição de uma voz hierarquicamente dominante, ou seja, de coordenadores, diretores e em última instância, das secretarias de educação. Em virtude desta situação, Libâneo nos alerta que:

Há, todavia, outra importante tarefa, nem sempre valorizada: participar de forma consciente e eficaz nas práticas de organização e gestão da escola. Os professores, além de terem a responsabilidade de dirigir uma classe, são membros de uma equipe de trabalho em que discutem, tomam decisões e definem formas de ação, de modo que a estrutura e os procedimentos da organização e da gestão sejam construídos conjuntamente pelos que atuam na escola (professores, diretores, coordenadores, funcionários, alunos) (LIBÂNEO, 2012, p. 408).

Existe uma dificuldade de assimilação desta nova orientação por alguns agentes do ambiente escolar, por ausência de uma real participação igualitária, cada um com seu devido protagonismo. Esta situação pode gerar, muitas vezes, a realização de ações de forma mecânica e obrigatória e, em outros casos, até mesmo a tentativa de um trabalho mais colaborativo. Como nos diz Vasconcellos (2014, p. 190) “se não há uma percepção coletiva da realidade, faz-se algo por um tempo, e depois aquela prática simplesmente desaparece”.

Estas oportunidades de construção colaborativa não podem ficar restritas somente a raros momentos de reuniões pedagógicas ou assessorias individuais entre gestor e professores/funcionários. Devem ficar a cargo do momento da construção do

PPP dentro da utopia de melhora do processo de formação integral do ser humano no contexto da educação pública.

[...] cabe assim aos dirigentes escolares, professores, pais e comunidade assumir a construção da escola por meio do projeto político-pedagógico (PPP), para o que se fazem necessárias a articulação entre os diversos segmentos que a compõem e a criação de espaços e meios (mecanismos) de participação, de modo que a gestão democrática esteja em função de objetivos educacionais (LIBÂNEO, 2012, p. 251).

Por isso é de caráter urgente a ressignificação do PPP, muitas vezes visto como mera obrigação burocrática e diminuído em sua importância. A elaboração deste documento deve ser vista como um meio poderoso de mudanças, empoderamento, protagonismo, emancipação e autonomia dos agentes envolvidos na educação pública dentro das instituições escolares.

A elaboração do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória é um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, tendo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir (VEIGA, 2003, p. 279).

E para viabilizar este caminho de mudanças, precisamos estar cientes de qual tipo de valores devemos enaltecer.

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos (VEIGA, idem).

Portanto, para efetivar tais mudanças, elencamos como ferramenta potente, o momento de construção do PPP, por ser uma oportunidade de o professor compartilhar a importância da Educação Física e ter sua voz ouvida dentro do ambiente escolar.

Para isso, o professor deve pontuar quais são as fragilidades encontradas na escola e apresentar sugestões para mudanças, sentindo-se pertencido, importante e atuante nas decisões. Colaborando assertivamente, através de uma visão crítica da realidade do contexto em que a escola está inserida, e com argumentos oriundos do conhecimento pleno de quais são as necessidades das crianças em relação ao seu desenvolvimento integral.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza da Pesquisa – Qualitativa

De acordo com Minayo (2009), a pesquisa constitui a "atividade fundamental da ciência ao indagar e construir a realidade". Nesse sentido, para o escopo desta pesquisa, optou-se por uma de natureza qualitativa, caracterizada por um pesquisador que explora de maneira subjetiva situações, episódios, eventos e fenômenos sociais e comportamentais. Assim, dentro desta perspectiva, a pesquisa de natureza qualitativa aparece como bastante adequada para o entendimento da conjuntura investigada através dos objetivos propostos por esta pesquisa. De acordo com Minayo (2009), as abordagens qualitativas se destacam pela busca da compreensão dos significados, relações, vontades, desejos, percepções, valores e crenças que permeiam o universo humano. Ao contrário dos métodos quantitativos, que muitas vezes estão distantes do objeto em estudo, os métodos qualitativos exigem uma compreensão mais profunda do que é observado, permitindo explicações mais contextualizadas e detalhadas.

2.1.1 Procedimento Ético

Nesta pesquisa a coleta de dados aconteceu através das respostas a um questionário, vinda de professores de escolas públicas de diferentes regiões do interior de São Paulo, além de documentos de PPP de unidades escolares da prefeitura de Itupeva – S.P. Foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Unesp

- Faculdade de Ciências Campus Bauru - Júlio de Mesquita Filho, com o número de parecer número 2.650.194

2.2 Método de Abordagem – Exploratória

Esta investigação adotou o modo de investigação exploratório, do tempo presente, de natureza qualitativa.

Segundo Lakatos (2003), estudos exploratórios são uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de ideias. Ao usar procedimentos específicos de coleta de dados, como análise de conteúdo, os pesquisadores podem obter insights mais precisos e aprofundados sobre o assunto em questão. Isso ocorre porque esses procedimentos permitem aos pesquisadores identificar padrões e tendências que não seriam visíveis de outra forma. Como resultado, estudos exploratórios podem ajudar os pesquisadores a desenvolver novas teorias e entender melhor o mundo ao seu redor, e “extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente”. (Lakatos, 2003, p.188).

Além disso, pode-se observar que a pesquisa no campo da história presente está relacionada à busca da verdade, que é o principal objetivo da pesquisa histórica, especialmente da educação. A história do tempo presente destaca a distinção fundamental entre ficção e história: a história busca uma narrativa realista que possa retratar fielmente eventos reais. Assim, segundo SCOCUGLIA (2011, p.303), “a história da educação do tempo presente nos propicia compreender as condições e as incertezas dos processos de produção e de validação do conhecimento histórico e exige que a busca da verdade seja pressuposta sine qua non da própria existência da pesquisa e dos pesquisadores da educação e de sua história.”

No âmbito de uma abordagem qualitativa no tempo presente, conduziu-se uma investigação exploratória com o propósito de analisar o papel e a relevância da Educação Física no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da educação infantil. Nesse contexto, coletaram-se dados referentes às percepções e opiniões dos professores acerca do PPP e sua relação com a Educação Física nesse segmento. A pesquisa explorou a aplicação do PPP nesse contexto e a participação docente em sua elaboração e implementação. Adicionalmente, obtiveram-se informações a partir de documentos do PPP, visando compreender a abordagem da Educação Física e sua integração com os objetivos educacionais visando o desenvolvimento integral dos alunos.

2.3 Procedimentos técnicos

Para cumprir os objetivos deste estudo, foi coletado um conjunto de dados de 25 professores de educação física da rede pública, que responderam a questionários digitais criados no aplicativo Google Formulário, além de dados provenientes da pesquisa documental feita em 6 projetos políticos pedagógicos fornecidos pelas unidades escolares, com autorização de uso pela secretaria de educação da prefeitura de Itupeva – SP.

2.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Uma das técnicas de coleta e análise de dados consistiu na realização de pesquisa documental em seis documentos de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de Unidades Educacionais (UE), das quais três UE oferecem tanto ensino

fundamental quanto ensino infantil, enquanto as outras três são exclusivamente voltadas para o ensino infantil.

Em uma comparação elucidativa, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza materiais elaborados por diversos autores sobre um tema específico, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, conforme Gil (2002, p.46) ressalta.

Conforme Gil (2009), a pesquisa documental apresenta diversas vantagens. De acordo com o autor, os documentos constituem uma fonte de dados rica e estável, especialmente valiosa em estudos de natureza histórica, visto que persistem ao longo do tempo. Além disso, a pesquisa documental não demanda o contato direto com os sujeitos da pesquisa, o que pode ser especialmente útil em situações onde o acesso aos participantes é difícil ou inviável, bem como quando as circunstâncias envolvidas no contato podem comprometer a qualidade das informações fornecidas pelos sujeitos (GIL, 2009).

A pesquisa bibliográfica apresenta diversas vantagens, sendo uma das mais significativas a sua capacidade de permitir que o investigador abranja uma ampla gama de fenômenos, muito além do que seria possível investigar diretamente. Além disso, a pesquisa bibliográfica é essencial em estudos históricos, visto que muitas vezes não existe outra maneira de conhecer eventos do passado senão através de dados bibliográficos (GIL, 2009).

No contexto da pesquisa bibliográfica, um procedimento fundamental é a construção do referencial teórico, o qual proporciona a base que ilumina e sustenta as reflexões relacionadas ao objeto de pesquisa. Esse processo de pesquisa está presente desde a definição inicial do tema até a exposição final dos resultados. Para conduzi-lo, é necessário realizar um levantamento da literatura já publicada e escrita sobre o tema em questão. (BOURGUIGNON, 2019).

Durante a pesquisa bibliográfica foram selecionados 27 artigos, com o propósito de realizar a revisão de literatura.

2.3.2 Educação infantil, linguagem corporal e o brincar: bases teóricas.

A fim de fortalecer o escopo da presente pesquisa e fornecer embasamento para a metodologia de investigação, no que diz respeito à análise dos dados coletados, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica seguida por uma revisão da literatura. Esta revisão foi estruturada em quatro temas considerados relevantes e correlacionados com os âmbitos da análise dos dados obtidos. Dessa forma, a revisão foi conduzida ao classificar os artigos nos seguintes tópicos:

- Educação Física e Educação Infantil
- Interdisciplinaridade e Educação Infantil
- Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Educação Infantil
- PPP e Educação Física

Cada frase dos temas acima, foi utilizada como descritor durante a busca, sendo complementado pelas palavras-chave: linguagem, corpo, movimento, brincar e brincadeira.

Além dos descritores mencionados, as buscas por artigos foram delimitadas com base nas datas de promulgação das leis que oficializaram os respectivos temas no âmbito da educação básica. Desta maneira, foram consideradas as seguintes datas:

- Projeto Político-Pedagógico: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996
- Educação Infantil: LDB de 1996

- Educação Física: LDB de 2003
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil: 2018
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI): 2010
- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI): 1998

Foi realizada uma busca por artigos científicos nos sites Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Os descritores selecionados deveriam estar no título dos artigos, de forma a assegurar uma pré-seleção adequada.

Com base nessas considerações, foi possível selecionar um total de 27 artigos que foram considerados apropriados e que estavam alinhados com o arcabouço teórico desejado para a pesquisa.

A leitura dos artigos em cada categoria utilizada na pesquisa bibliográfica revela que os desafios para a plena integração da Educação Física (EF) no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas ainda são consideráveis. A temática referente à presença da Educação Física no PPP tem despertado o interesse de pesquisadores ao longo do tempo. Desde a elevação da disciplina a um status de componente curricular obrigatório na educação básica, a maioria dos estudiosos concorda que existem diversos desafios a serem enfrentados para destacar a importância da Educação Física no contexto escolar e, conseqüentemente, nesse relevante documento.

Vários fatores contribuem para a emergência desses desafios, conforme apontam os pesquisadores (VENÂNCIO, 2012; SCHAVION, 2015; CARVALHO, 2021; ELESBÃO, 2021; SOUSA, 2019; SAINTCLAIR, 2013; BAYSDORF, 2013). Um dos principais obstáculos é a escassa participação dos professores de Educação Física na elaboração do PPP. Isso pode ser atribuído à formação acadêmica que prioriza o tecnicismo em detrimento de uma visão mais ampla e crítica da educação, ou às

adversas condições de trabalho que dificultam o envolvimento dos educadores nas discussões pedagógicas da escola.

"Para as professoras envolvidas na pesquisa, o ambiente de trabalho não permite um diálogo aberto, consciente e crítico entre os profissionais da escola. As atividades da Educação Física são restritas aos professores responsáveis, que raramente conseguem interagir com seus colegas. Os motivos são variados, incluindo horários incompatíveis, pouca compreensão da área, insegurança, inexperiência, desmotivação, falta de confiança nas atividades cotidianas e lacunas na formação inicial e contínua" (VENÂNCIO, 2000).

Outra dificuldade reside na percepção equivocada da importância da disciplina por parte da comunidade escolar. Muitas vezes, a Educação Física é considerada uma atividade extracurricular ou de menor relevância, o que prejudica sua inclusão no PPP.

"Sobre a intencionalidade pedagógica do professor, contribuiu para o entendimento da educação física como mera atividade escolar, desprovida de intencionalidade; condição essa que ratificou o não reconhecimento desta disciplina como componente curricular" (CARVALHO, 2021).

Para enfrentar esses desafios, fundamental que os professores de Educação Física participem ativamente da elaboração, construção e avaliação contínua do PPP, em colaboração com os demais docentes. Ademais, é essencial oferecer uma formação inicial e continuada aos professores, permitindo-lhes adquirir conhecimentos conceituais e pedagógicos que os capacitem a atender às necessidades das classes menos favorecidas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

"Falar sobre a formação de professores é falar sobre um investimento educacional dos projetos escolares, onde o desafio é conceber a escola como um

ambiente educativo no qual trabalhar e formar não sejam atividades separadas" (VENÂNCIO, 2012, p.100).

E, quando há carência de oportunidades para formação ou práticas que incentivem a aproximação com seus pares, os professores são forçados ao individualismo pedagógico, que limita avanços educacionais. "A escola tem envolvido os agentes educativos em práticas individualizadas, fragmentadas e reafirmadoras de uma sociedade injusta e sem propósito para efetuar as mudanças necessárias" (VENÂNCIO, 2012, p.97).

Superar esses desafios é crucial para assegurar que a Educação Física possa cumprir seu papel na promoção da formação integral do indivíduo e se sinta parte integrante e importante no contexto escolar.

Ao transportar essas reflexões para o âmbito da Educação Infantil, o PPP se evidencia como um documento de extrema importância, orientando as práticas educacionais e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na transformação social desde a primeira infância.

Nesse segmento, o PPP também deve ser elaborado de maneira coletiva, envolvendo todos os participantes da comunidade escolar, como professores, gestores, funcionários, pais e alunos. Essa colaboração é essencial para garantir que o documento reflita a realidade da escola e as necessidades e interesses das crianças (FRANZEN, 2019).

O PPP deve ser reflexivo, desenvolvido a partir da análise das particularidades da Educação Infantil. A infância é uma fase singular e especial do desenvolvimento humano, caracterizada pela curiosidade, criatividade e imaginação. O PPP deve levar em consideração esses atributos para proporcionar uma educação adequada às necessidades das crianças.

O Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil deve ser construído com o reconhecimento da importância das identidades individuais das crianças, suas famílias, professores e outros profissionais envolvidos no processo educativo, de

modo a garantir que os objetivos e os princípios fundamentais da Educação Infantil - cuidar, educar e brincar - sejam incorporados às práticas diárias da instituição (FRANZEN, 2019, p. 6).

O PPP deve ser interdisciplinar e transversal, promovendo a integração de diferentes áreas do conhecimento e dimensões do desenvolvimento infantil. A Educação Infantil deve estimular o desenvolvimento completo da criança em suas dimensões físicas, cognitivas, socioemocionais e culturais.

A criança é considerada uma participante ativa na construção do conhecimento, destacando que uma abordagem interdisciplinar não pode negligenciar os desejos, opiniões e preferências dos alunos, mas sim orientar todo o processo (LIMA, 2020, p.134).

Complementando, Lima (2020) diz que a interdisciplinaridade é aplicada por meio de práticas que incentivam o movimento e as brincadeiras, a fim de abranger a criança em sua totalidade (LIMA, 2020, p.134).

O PPP deve ser relevante e aplicável, ou seja, deve se adequar ao contexto da escola e ser útil nas práticas educativas diárias. O documento deve servir como um guia para as atividades pedagógicas, orientando os professores e gestores na tomada de decisões.

Além disso, o PPP deve considerar a singularidade de cada escola e comunidade, bem como as influências externas que podem afetar sua autonomia. A escola pública enfrenta vários desafios, como a escassez de recursos e a pressão por resultados. O PPP deve atuar como um elemento de resistência, contribuindo para a promoção da educação de qualidade, mesmo em circunstâncias opostas.

Nesse sentido, o PPP pode funcionar como um recurso para o enfrentamento à lógica neoliberal, sistema este que pode afetar direta ou indiretamente as práticas na educação infantil. A escola e sua comunidade devem estar vigilantes para não ceder a uma abordagem educacional que pode ser homogeneizadora, repressora e limitadora dos processos e características que constituem a educação infantil. Nesse

contexto, Caires (2023), ao analisar o PPP de uma escola em conjunto com os documentos normativos (BNCC), ressalta que "o currículo presente nesses documentos pode ser considerado um instrumento de regulação, uma técnica de governança, já que a padronização das competências seria crucial para manter o sistema e a ordem social estabelecida". (CAIRES, 2023, p. 2).

Portanto, a construção do PPP na educação infantil pode representar um ato de resistência a essa lógica neoliberal, capacitando as práticas com as crianças de maneira abrangente, integrada e libertadora, com uma abordagem interdisciplinar.

Nesse cenário, a Educação Física, devido à natureza de seu campo de conhecimento, e tendo a linguagem corporal na educação infantil como articuladora da sua práxis pedagógica, encontra facilidade em transitar por outros campos de conhecimento. E deste modo, é capaz de reinterpretar os documentos oficiais que, se utilizados de forma estritamente escolarizada, podem ser limitadores. "A BNCC busca um controle e uma normalização, uma vez que pressupõe a introdução das disciplinas de consciência desde os primeiros anos do aluno na pré-escola (CAIRES, 2023, p. 5)".

O PPP é um elemento essencial para a Educação Infantil. A construção participativa, reflexiva, interdisciplinar, transversal, relevante e aplicável, bem como a consideração da singularidade de cada escola e comunidade, são características cruciais para garantir que o PPP contribua para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social, também nesta faixa etária.

A Educação Física, enquanto linguagem corporal, traz características intrínsecas que a tornam uma parte valiosa desse processo. A sua abordagem interdisciplinar, integradora e abrangente complementa as características essenciais do PPP.

A Educação Física na Educação Infantil oferece uma linguagem única de expressão por meio do corpo, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades motoras, emocionais e cognitivas de maneira integrada. Além disso, ao promover a

interação sociocultural por meio de brincadeiras, jogos e danças, a Educação Física atua como uma ponte entre diversas áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade é uma característica marcante da Educação Física, pois ela se relaciona naturalmente com diversos campos, como saúde, psicologia, sociologia e pedagogia. Essa natureza interdisciplinar permite que a Educação Física enriqueça o PPP ao criar conexões significativas entre diferentes áreas de aprendizado. Através do brincar, dos jogos e da exploração livre, a linguagem do corpo pode promover aproximações com outros campos de conhecimento de maneira prática e envolvente. Ademais, a Educação Física é integradora, pois se conecta com aspectos físicos, emocionais e sociais do desenvolvimento infantil.

Especificamente em relação as questões socioculturais, a criança, inerentemente influenciada por sua individualidade, personalidade e características, desempenha um papel ativo na cultura do ambiente em que está imersa., ressignificando e “criando” cultura. Essa interação é bidirecional, pois a cultura também exerce sua influência sobre a criança, moldando seu modo de ser, de relacionar-se e de se posicionar no mundo. Esse diálogo entre a criança e a cultura é particularmente significativo durante a primeira infância e é comunicado não apenas por meio da linguagem verbal, mas também através da expressão corporal, sendo expressado em sentimentos, afetos, interações e vínculos.

Quando uma criança cresce em um ambiente escolar que respeita, valoriza e apresenta diversas culturas, ela tem a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais profunda e respeitosa da diversidade. Isso acontece por meio da mediação dos educadores no contato com estas culturas e também na relação com seus colegas. Dessa forma, a criança pode amadurecer como um cidadão empático, solidário e consciente, capaz de reconhecer e criticar as desigualdades e opressões relacionadas a questões de raça, crença religiosa, gênero e características físicas, tanto em relação a si mesma quanto aos outros.

“A EI descrita hoje na legislação é uma construção resultante de diversas lutas em defesa dos direitos humanos (de mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças do campo e de pessoas com deficiência) e que culmina no reconhecimento das crianças como sujeitos sociais com direito à educação, como cidadãos ativos, participativos e produtores de cultura.” (SOARES, 2019, p.267)

Logicamente, a abrangência da Educação Física neste domínio também é notável. Ela atende às necessidades de uma variedade de estilos de aprendizado, permitindo que todas as crianças participem e se beneficiem das atividades propostas.

Dessa forma, a Educação Física agrega um valor inestimável ao PPP na Educação Infantil, trazendo uma perspectiva cultural, interdisciplinar, integradora e abrangente. Ao incorporar a linguagem corporal, a Educação Física enriquece o ambiente educacional, auxiliando na formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social, conforme preconizado pelos princípios fundamentais do PPP.

2.3.3 Instrumentos de coleta de dados

Um dos instrumentos de pesquisa que se mostrou extremamente útil em minha investigação foi o Google Formulário. Este aplicativo, com sua ampla gama de recursos e facilidade de uso, permitiu-me coletar dados de maneira eficiente e organizada. Com a capacidade de personalizar questionários e armazenar respostas automaticamente, pude me concentrar mais na análise dos dados coletados e na interpretação dos resultados.

Segundo Flick (2012, p.100), “os estudos de questionários têm por objetivos receber respostas comparáveis de todos os participantes”. O mesmo autor, referindo-se à construção das perguntas de um questionário, diz que “as perguntas devem coletar, direta ou indiretamente, as razões de um comportamento ou atitude específica

de um entrevistado, mostrando seu nível de informação no que se refere à questão que está sendo examinada.” (FLICK, 2012, p.101).

Com o intuito de cumprir plenamente os objetivos delineados para esta pesquisa, foi deliberado como escopo da aplicação do questionário, inicialmente um grupo de 8 profissionais da cidade de Itupeva . Essa escolha específica se baseou na estratégia de pesquisa estabelecida, que envolvia não apenas a aplicação do questionário, mas também uma análise documental aprofundada dos PPPs das escolas nessa localidade.

No entanto, visando enriquecer as possibilidades de análise e ampliar os resultados, a aplicação do questionário foi expandida para incluir um grupo adicional de 17 professores. Esses docentes foram selecionados em 12 cidades diferentes, abrangendo diversas regiões do estado de São Paulo.

Cidade	Estado	Região
Itupeva	São Paulo	Campinas
Lins	São Paulo	Centro-Oeste
Votuporanga	São Paulo	Centro-Oeste
Urupês	São Paulo	Centro-Oeste
Penápolis	São Paulo	Centro-Oeste
Santo André	São Paulo	Grande São Paulo
Piracicaba	São Paulo	Piracicaba
Lençóis Paulista	São Paulo	Bauru
Itu	São Paulo	Itu
Diadema	São Paulo	Grande São Paulo
São José do Rio Preto	São Paulo	São José do Rio Preto
Rio Claro	São Paulo	Piracicaba
Ourinhos	São Paulo	Ourinhos

QUADRO 1 – Cidades de atuação dos professores.

A seleção de um maior número de professores de diversos contextos possibilitou uma abordagem mais ampla das percepções e práticas em relação aos PPPs (Projetos Político-Pedagógicos) e à Educação Física. Essa múltipla abordagem trouxe impressões mais abrangentes e representativas sobre os dizeres em torno dos PPPs, tanto na Educação Infantil quanto na sua relação com a Educação Física, abrangendo uma variedade de contextos educacionais.

2.4 Universo de pesquisa

A rede de educação municipal de Itupeva é composta por um total de 31 escolas. Dentro deste número, 4 são classificadas como EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), 10 são Creches, 5 são EMEI (Escola Municipal de Ensino Infantil) e 15 são EMEFEI (Escola Municipal de Ensino Fundamental e Ensino Infantil). Atualmente, a rede conta com a presença de 36 professores de educação física que desempenham suas funções tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais.

Após a aprovação do Plano Municipal de Educação em 2015, ficou estabelecido como uma das metas e estratégias para a promoção da gestão democrática na educação do município, "elaborar e implementar, em até 4 (quatro) anos após a aprovação deste Plano, o Projeto Eco-Político-Pedagógico da Escola (PEPPE) em todas as unidades educacionais da rede." (ITUPEVA, 2015, Anexo - Metas e Estratégias).

Conforme os documentos dos PPPs, a introdução do termo "Eco", tem como finalidade de "reflexões e ações socioambientais". Além disso, a Educação Ambiental abrange questões ambientais e sua interação com aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e históricos. Sua alta interdisciplinaridade enriquece o aprendizado do aluno

Entretanto, a finalização e implementação desses documentos sofreram atrasos devido à chegada da pandemia de covid-19 em 2020, o que impactou todos os processos escolares. Foi necessário concentrar todos os esforços na criação de um programa de "educação domiciliar" para atender minimamente a população durante o período de isolamento social.

A fim de garantir uma amostragem representativa do universo de interesse e incluir um número maior de professores da mesma rede de ensino das escolas que forneceram os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), foram selecionados inicialmente 8 docentes da rede de ensino de Itupeva, contemporâneos à elaboração e implementação desses documentos nas escolas. Posteriormente, outros 17 professores foram acrescentados à amostra, originários de prefeituras de várias regiões do estado de São Paulo, incluindo um professor da rede estadual. Tentou-se, dessa forma, seguir a ideia de Gil (2002), que afirma que “uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa” (GIL, 2002, p.145).

Essa adição tinha o propósito de estabelecer conexões entre as análises dos dados desses professores, os professores de Itupeva e os PPPs, ampliando assim a reflexão sobre os objetivos da pesquisa. Para incluir esses últimos 17 professores, um critério foi estabelecido: eles deveriam ser provenientes de escolas públicas, a fim de possibilitar análises comparativas

2.5 Método de análise dos dados (documental e oral).

Optou-se por utilizar as diretrizes da análise de conteúdo de Bardin (2011) para ambas as fontes de coleta de dados. Em consonância com a estrutura sugerida pela referida autora, procedeu-se, inicialmente, à realização de uma "leitura flutuante" tanto

das respostas obtidas por meio dos questionários de natureza aberta quanto dos documentos contendo os Projetos Políticos Pedagógicos. Ao longo dessa fase exploratória, foram gradativamente delineadas as características distintivas de cada agrupamento de respostas, bem como dos PPPs. Essa etapa foi embasada pelo referencial teórico adotado na pesquisa, e à medida que mais leituras eram realizadas, hipóteses começaram a emergir sobre as abordagens possíveis para os dados.

Posteriormente, mediante leituras adicionais, estabeleceu-se que a unidade de registro consistiria em determinadas palavras que se destacavam pela sua frequência de ocorrência. Tais palavras desempenharam um papel crucial na caracterização dos textos e agrupamentos de respostas, além de propiciar a categorização dos temas subjacentes, como preconizado por Bardin (2011, p. 138), que sustenta que "a relevância de uma unidade de registro aumenta de acordo com a frequência de sua ocorrência".

Com o intuito de facilitar a análise da frequência mencionada, todos os documentos e conjuntos de respostas foram convertidos em formato PDF. A utilização da funcionalidade de busca textual presente nesse formato permitiu a contagem precisa das palavras.

No que se refere às questões objetivas, procedeu-se à contagem simples da frequência das respostas, sendo posteriormente elaborados quadros demonstrativos com as frequências expressas em forma percentual. Por meio desse método, viabilizou-se a identificação de conexões com as questões dissertativas.

3 A RELAÇÃO PROFESSOR, EDUCAÇÃO FÍSICA E PPP

3.1 O PPP SOB A ÓTICA DOCUMENTAL E PROFESSORAL

3.1.1 O DISCURSO PROFESSORAL

Como estratégia voltada à compreensão do panorama da inserção da Educação Física no contexto da Educação Infantil, por meio de sua abordagem no Projeto Político-Pedagógico (PPP), foi viabilizada a oportunidade para que os docentes expressassem suas perspectivas, aspirações e apreciações relacionadas a esse domínio, por intermédio das respostas fornecidas em um questionário. Através desse método, emergiram considerações que lançam luz sobre fragilidades e necessidades que aparecem durante a concepção e aplicação do PPP no âmbito do ensino básico, notadamente na Educação Infantil. Tais reflexões também contemplaram a avaliação da valorização, protagonismo, papel e posição do profissional de Educação Física, bem como da própria disciplina da Educação Física, nesse cenário educacional. Ademais, das respostas obtidas no questionário, destacou-se uma carência nos processos formativos iniciais e continuados dos profissionais, no que tange ao conhecimento aprofundado sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Antes disso, apresentaremos informações para determinar o perfil dos profissionais de Educação Física que participaram deste estudo, a fim de contribuir com as percepções e análises subsequentes.

O quadro apresentado traz informações relevantes sobre a formação acadêmica, tempo de atuação e outros aspectos dos professores de Educação Física que contribuíram para esta pesquisa.

Foram coletadas informações sobre a rede de ensino em que atuam, o segmento oferecido pela escola e o segmento específico no qual eles desempenham suas atividades.

Além disso, a informação sobre a formação acadêmica dos professores de Educação Física é de extrema importância para compreendermos a base de conhecimento e as abordagens pedagógicas que eles podem trazer para a discussão sobre o PPP. A diversidade de formações pode contribuir para uma variedade de interpretações e aplicação dos princípios do PPP na prática educacional. O tempo de atuação na Educação Física escolar e o contexto da rede de ensino também desempenham papéis cruciais na análise das percepções dos profissionais.

Aqueles que têm mais tempo de experiência podem trazer perspectivas consolidadas a respeito do PPP, em relação a avanços e desafios, enquanto os mais novos podem trazer abordagens mais contemporâneas e alinhadas com as transformações educacionais.

Além disso, as diferentes redes de ensino e segmentos escolares podem influenciar as abordagens e desafios enfrentados em relação ao PPP. Considerando esses aspectos do perfil dos profissionais de Educação Física envolvidos na pesquisa, e segmento em que atuam, poderemos avançar na compreensão das percepções desses profissionais em relação ao Projeto Político-Pedagógico.

Gênero		
Feminino	12	48%
Masculino	13	52%
Qual é a sua formação acadêmica?		
Licenciatura	6	24%
Pós-Graduação Lato Sensu	16	64%
Pós- Graduação Strictu Sensu	3	12%
Há quanto tempo você atua como professor de Educação Física Escolar?		
Entre um e dois anos	1	4%
Entre cinco e dez anos	9	36%
Mais de dez anos	15	60%
Em qual (quais) rede (s) de ensino você atua?		
Rede Municipal	21	84%
Rede Municipal e Particular	1	4%
Rede Estadual	1	8%
Rede Municipal e estadual	2	4%
A instituição que você trabalha atualmente oferece quais segmentos?		
Anos Iniciais	9	36%
Educação Infantil (4 a 5 anos), Anos Iniciais	8	32%
Creche (0 a 3 anos), Educação Infantil (4 a 5 anos), Anos Iniciais	4	16%
Educação Infantil (4 a 5 anos)	1	4%
Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio	1	4%
Creche (0 a 3 anos), Educação Infantil (4 a 5 anos), Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio	1	4%
Ensino Médio	1	4%
Em quais segmentos você leciona?		
Creche	1	4%
Educação Infantil	9	36%
Anos Iniciais	21	84%
Anos Finais	3	12%
Ensino Médio	3	12%

QUADRO 2 – Perfil dos professores de educação física

O quadro a seguir apresenta as categorias derivadas da análise de conteúdo aplicada às respostas dos questionários. Esses dados foram fundamentais para a estruturação dos capítulos temáticos da análise, bem como para o próprio desenvolvimento do processo analítico.

Questões dissertativas – Categorias das respostas	Menções
Abordagem metodológica da Educação Física na Educação Infantil	83
Valorização, reconhecimento da educação física na educação infantil	20
Formação inicial, disciplina na graduação sobre PPP, formação mais crítica e humanista do professor	26
Embasamento teórico para a formação do PPP	9
Necessidade de espaços formativos para HE, HAC, HTPC	25
Participação ampla, democrática, comunidade, realidade escolar, contexto social	25

QUADRO 3 – Categorias temáticas encontradas após a análise das respostas

3.1.2 Formação Inicial, Formação Continuada e os saberes sobre o PPP

Dentro deste aspecto, apresentaremos as percepções dos profissionais de Educação Física (EF) em relação ao Projeto Político-Pedagógico (PPP). Abordaremos a evolução de sua trajetória durante a graduação, no que concerne à compreensão dos princípios do PPP. Adicionalmente, exploraremos a presença ou ausência de oportunidades de formação continuada que abordem o PPP.

3.1.3 Formação Inicial do professor de EF e o PPP

Quais os seus conhecimentos sobre Projeto Político Pedagógico?	
Tenho bastante conhecimento.	20%
Conheço parcialmente	76%
Tenho pouco conhecimento.	4%

QUADRO 4 - Conhecimentos sobre Projeto Político Pedagógico

O número expressivo de professores que afirmam ter conhecimento parcial relacionado ao documento PPP, vai ao encontro com o mostrado nos quadros a seguir, em relação a formação inicial dos professores e a abordagem e estudo sobre o documento, onde aparecem lacunas, falta de consistência e fragilidades. Segundo Alvarenga (2013, apud Custódio, 2010), “existem professores da área que desconhecem o valor significativo do PPP, suas ações pedagógicas, áreas de abrangências, fundamentação teórica, e o quão é importante à expressão da

identidade da disciplina curricular contida no referido projeto, bem como a vinculação direta do professor àquele documento."

Durante sua formação acadêmica em Educação Física, você teve alguma disciplina ou curso que abordou o conceito e a importância do PPP?	
Sim	40%
Não	60%

QUADRO 5 - Formação acadêmica em Educação Física e conhecimento sobre o PPP

Você considera que a sua formação acadêmica em Educação Física lhe preparou adequadamente para lidar com o PPP na prática pedagógica?	
Sim	20%
Não	72%
Não tenho certeza	8%

QUADRO 6 - Formação acadêmica em Educação Física e preparo para lidar com o PPP

As respostas dos quadros 5 e 6, que revela pouca abordagem e fragilidade na formação inicial, em relação ao PPP, converge com o número de menções nas respostas das questões abertas, onde tivemos 26 menções em relação a necessidade de uma disciplina específica para o tema na formação inicial e 9 menções relatando a necessidade de maior embasamento teórico.

Continuando nesta reflexão, respostas advindas das questões sobre como a formação inicial poderia ser melhorada em relação aos conhecimentos em torno do PPP, mostraram a necessidade de aprimoramento das disciplinas oferecidas durante a graduação, de modo que forneçam subsídios e conhecimentos robustos sobre o PPP, tanto em termos conceituais, quanto de aplicação. Abaixo alguns trechos das respostas dos professores, que mostram esta situação.

P20Q5 – “Creio que nesse sentido, as discussões e temas referente a questões de política educacional, história da educação e/ou disciplinas mais ligadas a educação sejam de suma importância, nesse sentido, talvez seja necessária uma readequação da grade curricular.”

Esta declaração do P20, reforça a posição de Bagnara (2018, p.280) quando diz que o abandono do debate político na formação inicial pode explicar a existência de um "superficial conhecimento sobre o documento escolar (PPP) que explicita as intenções educacionais da escola", conforme observado no diário de campo da pesquisa realizada pelo autor.

P25Q5 – “A formação inicial em educação Física, no caso licenciatura, ainda está muito atrelada ao bacharelado, neste caso dentro da grade curricular dos cursos deve haver espaço para que os estudantes estudem e tenham acesso a este documento.”

P4Q5 – “Abordando com mais profundidade a importância do PPP para a Educação Física, mostrando que o profissional necessita atender o contexto da realidade do aluno.”

Através dos discursos de P4 e P25, nota-se que na Formação Inicial há uma tendência para privilegiar disciplinas mais biológicas e técnicas, em detrimento das que abordam as questões sócio-políticas presentes na escola e que poderiam trazer saberes sobre o PPP. Em consonância com esta reflexão, Bagnara (2018) afirma que, a educação física ainda enfrenta problemas relacionados à falta de evolução em seus debates. Ainda há uma preocupação maior com a aplicabilidade imediata do conhecimento, em vez de se compreender as intenções educativas. Muitos debates na EF ainda estão relacionados ao movimento corporal, ao desenvolvimento psicomotor, à melhoria da aptidão física e ao ensino dos esportes. Isso resulta em uma formação pautada por um currículo tradicional-esportivo que negligencia a problematização política da educação. Do mesmo modo, Hunger (2019, p. 240) ressalta que “nos cursos de Educação Física, por sua natureza multidisciplinar, tendo como objeto de estudo e intervenção a educação do corpo em movimento, portanto, de significativa abrangência nos campos da cultura, arte, tecnologias e ciências

(humanas, biológicas, exatas), não mais se justifica um currículo “tecnicamente-instrumentalizado”; “prático”; “biologicista”; “fragmentado”; “dicotômico”, “alienado”; “a-histórico”, “acrítico”; etc.”

3.1.4 Formação continuada do professor de EF e o PPP

Igualmente, no tratamento das respostas das questões sobre PPP e formação continuada, foi percebido fragilidade ou até mesmo inexistência de abordagens neste sentido.

Você já participou de alguma formação continuada que abordou a Educação Física no PPP?	
Sim	24%
Não	76%

QUADRO 7 - Participação em formação continuada na EF que abordou PPP

Caso tenha participado de formação continuada sobre PPP, como essa formação contribuiu para a sua prática pedagógica em Educação Física?	
Contribuiu bastante	12%
Contribuiu pouco	20%
Não contribuiu	68%

QUADRO 8 – Como a participação na formação contribuiu para a sua prática pedagógica em EF

A opinião fornecida sobre a importância e as possibilidades de disponibilização, por parte das escolas, de formações relacionadas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), revela que os professores reconhecem a relevância desse tema e reivindicam momentos apropriados para tais capacitações. Em termos de número de menções do quadro 1, apareceu por 25 vezes nas respostas dos professores, a necessidade de formações específicas para PPP. Aparece como sugestão, que essas formações possam ser incorporadas às já existentes na dinâmica escolar, como as Horas de Estudo (HE), os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e as Horas de Atividades Colaborativas (HAC). Ademais, eles entendem como necessário o abandono de formações genéricas, dando oportunidades para as formações específicas para a educação física.

P19Q6 - "Acredito que elucidando a importância da participação de todos e influência de cada um no processo de elaboração e como colocar em prática. Na minha rede, somos em poucos professores de Educação Física, mas entendo que nossa formação seria melhor aproveitada se fosse realmente voltada para a disciplina, não de forma geral como vem acontecendo. As contribuições seriam mais consideráveis e os profissionais se sentiriam pertencentes de fato na educação local."

P7Q6 – "Importantíssimo para conscientizar a relevância de um PPP na Educação, pois percebo alguns que não compreendem o porquê do documento, ou o veem como "mais uma burocracia". As formações poderiam ser realizadas em formas de pesquisas, diálogos e pequenas vivências de como seria uma escola com um PPP "ativo"."

P9Q6 – "As formações em HTPC já são um ótimo caminho para começar. As HTPC's não podem ser estanques ou momento de recados, mas devem dar apoio ao professor."

Bagnara (2018), reflete estas falas, quando afirma que normalmente o professor de EF tem um papel distante em relação aos documentos que norteiam as intencionalidades da educação escolar "pois participam parcialmente da construção do PPP e pouco conhecem sobre o conteúdo de suas páginas, o que evidencia

dificuldades para estabelecer objetivos educativos claros para a própria EFE.” (BAGNARA, 2018, p. 282).

3.1.5 Participação dos Professores na Elaboração do PPP

Você já ouviu falar do PPP (Projeto Político-Pedagógico) da sua escola? Participou da elaboração dele?	
Não	8%
Sim, mas não participei da elaboração	44%
Sim, e participei da elaboração.	48%

QUADRO 9 – Conhecimento e participação na elaboração do PPP

Se você já participou da elaboração de um PPP, qual a percepção que teve da sua participação como professor de educação física e como representante da disciplina?	
Nunca participei	40%
Participei ativamente, tentando colaborar com a construção do PPP	36%
Participei de maneira discreta	20%
Participei, mas não fiz nenhuma intervenção/colaboração.	4%

QUADRO 10 – Percepção durante a elaboração do PPP

Neste âmbito, as respostas dos professores mostraram uma participação que fica entre moderada e discreta em relação a participação na elaboração do documento

e representação da disciplina. Continuando, as falas dos professores nas perguntas abertas revelam certo descaso das secretarias e gestões em relação ao cuidado na construção deste documento, não garantindo a participação ampla, atualização periódica, tampouco uma implementação plena.

P20Q3 - “Em pouco mais de 5 anos de trabalho, a primeira vez que fui chamado para discutir PPP e contribuir com o mesmo, foi em uma das escolas que atuo hoje em dia, no mais, não vi se as contribuições que fiz foram consideradas ou não.”

P13Q3- “Infelizmente, não. A rede municipal de ourinhos está com um atraso de mais de 15 anos nos PPPs das escolas. Estão fechando agora um novo.”

De certo modo, estes depoimentos encontram eco no exposto por Bagnara (2018), quando indica que o “movimento para construção do PPP parece apontar para uma espécie de “cultura do atalho”, pois, ao que parece, o desafio de construir o PPP tem recebido pouca importância nas escolas, é tratado como algo que pode ser elaborado “nas horas vagas” dos professores.” (BAGNARA, 2018, p.280).

3.1.6 Espaço da Educação Física no PPP

O espaço destinado à Educação Física no processo de elaboração e implementação do documento PPP é suficiente, na sua opinião?	
Não	76%
Não tenho certeza	12%
Sim	12%

QUADRO 11 – Espaço destinado à EF durante o processo de elaboração e implementação do PPP

Fortemente relacionado ao protagonismo do professor de EF durante a construção e aplicação do PPP, o espaço que é dado a disciplina aparece como restrito no depoimento dos professores.

P23Q3- "O PPP poderia dar suporte para que a educação física esteja de fato na escola. Já que podemos observar que ela não está presente em vários lugares. Para causar um impacto, é necessário primeiro estar lá. "

P3Q3- "Sabemos que determinados conteúdos da educação física, quando abordados na escola recebem certos questionamentos. Ao constar no PPP poderá influenciar para que não ocorra tais questionamentos."

A percepção do professor vai ao encontro do que Baysdorf (2010) diz sobre a Educação Física escolar quando muitas vezes é considerada como uma disciplina "prática", tanto pela Coordenação e Direção quanto pelos professores de outras áreas. Isso pode levar à atribuição de menores funções aos professores de EF, como produtores e disseminadores de conhecimentos pedagógicos.

O professor de Educação Física não deveria permanecer isolado em seu ambiente essencialmente prático, distante das discussões e debates que guiam os destinos da escola. Nesse contexto, há uma correspondência evidente com as ideias de Quaranta (2016), pois a Educação Física, particularmente na Educação Infantil, verdadeiramente necessita de exploração, experimentação, acertos, erros e adaptações. Logo, o espaço físico das aulas de Educação Física desempenha um papel crucial para que o professor desenvolva sua prática de ensino neste sentido. No entanto, as possibilidades da EF podem ir muito além dessa particularidade.

Conseqüentemente, é imperativo que o professor também tenha participação no âmbito pedagógico, uma vez que é esse espaço que proporciona uma gama diversificada de possibilidades, dando voz ao professor de EF e seu campo de saber. Isso permite aos outros docentes compreenderem a direção e o propósito das aprendizagens, trabalhando em conjunto com coordenadores engajados em oferecer

orientações construtivas. Toda essa dinâmica deve ser sustentada por um Projeto Político Pedagógico (PPP) que orienta e fundamenta tais iniciativas. (Quaranta, 2016).

3.1.7 Importância do PPP para a Educação Física na EI

Você acredita que o PPP é importante para orientar a prática pedagógica da Educação Física na escola?	
Sim	88%
Não	4%
Não tenho certeza.	8%

QUADRO 12 – Importância do PPP para a prática pedagógica da educação Física

Você acredita que o PPP é considerado na elaboração do plano de aula da Educação Física?	
Sim	56%
Não	28%
Não tenho certeza	16%

QUADRO 13 – Presença do PPP na elaboração do plano de aula de EF

Apesar de quase a totalidade dos participantes da pesquisa acharem que o PPP é importante para as práticas pedagógicas da EF, uma grande parcela (44%) não acredita que o PPP é contemplado em sua plenitude, na fase de construção dos planos de aula. Este quadro, corrobora a resposta de P4Q4, em relação a sugestão para melhorar a implementação do PPP na EI: “por meio de um embasamento teórico coerente, que consiga mostrar a importância da educação física para este seguimento (sic).”

3.1.8 Contribuição e Reconhecimento da Educação Física no âmbito da EI e do PPP

No que se refere à importância e contribuição da Educação Física para as crianças na Educação Infantil, uma variedade de argumentos surgiu para defender e justificar a inclusão da EF nesse cenário. De maneira geral, o termo "desenvolvimento dos alunos" foi amplamente mencionado como forma de destacar a relevância dessa disciplina nessa etapa.

Num domínio mais específico, o conceito de "desenvolvimento motor" apareceu com maior frequência, seguido pelas esferas cognitiva, social e da cultura corporal e do movimento. Com menor incidência, encontramos as expressões "brincadeira" e "linguagem corporal". Adicionalmente, surgiram opiniões que enquadram a Educação Física como um "colaborador" que complementa o processo de ensino conduzido pela professora titular. Isso contrasta com a concepção ultrapassada de que a Educação Infantil serve apenas como uma fase preparatória para o ensino fundamental.

P1Q2 – “O professor é muito importante para estimular o desenvolvimento motor, coordenação, descobrir seus limites e ajudar na sala de aula.”

P11Q2 – “A educação física no ensino infantil é a base para que os alunos desenvolvam a parte coordenativa fina e global as preparando para os anos iniciais, além de auxiliar a parte cognitiva e social das crianças, infelizmente a educação física no ensino infantil não é enxergada com essa importância pelos demais profissionais e algumas redes de ensino.”

Martins (2018) lança luz sobre essa situação, expondo que essa perspectiva da atuação da educação física nessa conjuntura, conforme evidenciado pelas respostas dos professores, entra em contradição com as diretrizes dos documentos normativos, em particular com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC ressalta a importância de conceber o corpo e o movimento como veículos de expressão e construção de significados, arraigados em um contexto cultural,

afastando-se de abordagens estereotipadas e biologicistas. Ademais, enfatiza a necessidade de reconhecer os jogos e as brincadeiras como direitos de aprendizagem em si mesmos, ao invés de meros meios para outras formas de aquisição de conhecimento.

Também é relevante destacar que somente três menções foram feitas em relação à interdisciplinaridade, no conjunto total de respostas das questões dissertativas. O fato de essas menções terem surgido exclusivamente nas respostas relacionadas a sugestões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) parece indicar, mesmo que de maneira limitada, incipiente e intuitiva, que o corpo docente começa a perceber o potencial da Educação Física em uma abordagem interdisciplinar. No entanto, é evidente que é necessário avançar. O professor precisa não apenas vislumbrar essas possibilidades, mas também se capacitar para aplicar efetivamente esse conhecimento na Educação Infantil. Esse aporte deve ser fornecido no âmbito da formação inicial e contínua, garantindo as bases para sua integração na elaboração do PPP, fortalecendo assim sua presença durante a construção e execução do documento.

Conforme destacado no capítulo 1.2.4, além das considerações metodológicas e das estratégias da Educação Física no âmbito da Educação Infantil, o enfoque na abordagem interdisciplinar pode promover a atuação docente do professor de Educação Física, podendo este enfoque ressignificar a própria atuação didático-metodológica desse profissional. Nessa esfera, o movimento desempenha o papel de linguagem, comunicação e expressão, transcendendo os limites dos campos de conhecimento das outras áreas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem da Educação Infantil. Essa concepção ampla e integradora não apenas enriquece a formação das crianças, mas também pode fortalecer a posição do professor de Educação Física como um facilitador eficaz do desenvolvimento infantil. A partir dessa perspectiva, há concordância com Silveira (2021), que defende que a integração de professores de Educação Física nas Unidades Educativas tende a qualificar consideravelmente as práticas pedagógicas desenvolvidas na esfera da EI, pois

considera a centralidade do corpo em movimento, assim como as brincadeiras e interações, nas ações pedagógicas dessa etapa da educação.

Em alusão à valorização e o lugar da disciplina e do professor de EF, aparecem falas dos professores que retratam certa invisibilidade por parte da gestão, secretarias e professores de outras disciplinas. Em relação ao número de menções de acordo com as categorias estabelecidas após tratamento dos dados dos questionários abertos, a categoria referente a valorização e reconhecimento da EF, teve 20 menções, revelando a preocupação dos professores sobre esta temática.

P22Q2 – “Reconhecimento e valorização são ínfimos, pois professores (outras disciplinas) gestores e a própria secretaria de educação desconhecem a importância da EF. Falta informação!”

P20Q2- “O papel do professor de Educação Física é de suma importância na educação infantil, tendo em vista as possibilidades de trabalho que ele pode ter junto aos estudantes com diversas propostas de tematização, trazendo para os pequenos e para a escola, uma visão de educação física além da que já é concebida e vista por muitos como o "rola bola", "espaço para preencher descanso/planejamento do prof de sala", entre outros pontos.”

P19Q2 - "No município em que leciono, a Educação Física nesta etapa fica a cargo do professor regente de sala, que não tem formação específica nesta área e acaba deixando de lado (ou pra depois) esses estímulos, resultando em crianças com repertório motor pobre e sem estímulo para o brincar e atividades físicas de forma geral. Entendo como desvalorização do profissional e da educação de forma geral, nitidamente um desinteresse para com a educação de qualidade.”

Além deste quadro de certa invisibilidade e desvalorização apontado pelos professores, encontramos em Martins (2018) o acréscimo de uma situação desfavorável à Educação Física, que é o fato de ela não estar inserida no último documento normativo (BNCC) da Educação Infantil. A ausência da Educação Física

na BNCC da Educação Infantil é uma situação desfavorável, pois pode dificultar a defesa da importância dessa disciplina.

Todavia, Martins (2018) compreende ser imprescindível a presença do professor com formação em Educação Física nesse contexto, pois existem contribuições específicas referentes ao modo como o trabalho pedagógico com o corpo/movimento e jogos/brincadeiras podem ser desenvolvidos por esses profissionais (MARTINS, 2018, p. 60).

3.2 O discurso documental

3.2.1 Resultados da análise documental dos PPPs

Categoria	Unidades de registro	EMEFEI BAIRRO DA MINA	EMEFEI JOSÉ DE OLIVEIRA	EMEI MONTEIRO LOBATO	EMEI NOVA MONTE SERRAT	EMEFEI MARIA STELA IZZO	EMEI NILMA TARTALHA
a) Educação Cívica e consciência Social	Democracia, Cidadania, Contexto Social, comunidade, Pensamento Crítico, Cultura	52	371	19	61	202	218
b) Processos de ensino	Aprendizagem, Metodologia, Didática, Avaliação, Interdisciplinaridade	142	275	75	90	334	271
c) Áreas do conhecimento	Disciplinas, Conteúdo, Matemática, Português, Ciências, Educação Física	111	535	40	21	116	408
d) Desenvolvimento Infantil e Ludicidade	Corpo, Brincar, Lúdico, Explorar, Autonomia, Desenvolvimento Integral	57	216	1	81	95	176

QUADRO 14 – Categorias temáticas encontradas após a análise dos PPPs

Após a investigação conduzida sobre o conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), pôde-se identificar quatro categorias distintas que traçaram os contornos do perfil, objetivos e prioridades subjacentes aos referidos PPPs. No que diz respeito aos objetivos propostos por esta pesquisa, merecem destaque as seguintes observações:

1. Em todas as instituições de ensino, apesar da universalidade na oferta de programas voltados para a Educação Infantil, chama a atenção o fato incontestável de que, em todas elas, o quesito "desenvolvimento infantil e pedagogia lúdica" ocupou consistentemente a última posição em termos de frequência de menções. Somente em uma escola tal padrão não foi observado, uma vez que tal quesito figurou como penúltimo colocado.
2. Ressalta-se que uma das instituições de Educação Infantil obteve o maior número de menções no tocante ao quesito "áreas do conhecimento".
3. A análise realizada revelou uma importância moderada atribuída à construção dos PPPs em relação aos princípios democráticos e à promoção de uma participação abrangente, temas que permeiam o corpus textual analisado.
4. Ao somar os resultados das categorias "b" e "c", alcançamos um total de 2.418 menções, enquanto a soma das categorias "a" e "d" totaliza 1.549 menções. Essa discrepância ressalta uma clara priorização das dimensões associadas aos processos de ensino, ao currículo e às disciplinas.

Após a primeira fase de análise, procedeu-se a uma nova leitura exploratória com um enfoque específico na área da educação física e na forma como esta disciplina é abordada nos documentos analisados. A partir dessas análises, alicerçadas pelo arcabouço teórico, emergiram três categorias que podem contribuir tanto de forma direta quanto indireta para a ampliação da visibilidade, protagonismo e relevância da educação física no contexto da educação infantil, sendo sua presença ou ausência nestes documentos um reflexo dessa consideração.

Categoria	EMEFEI BAIRRO DA MINA	EMEFEI JOSÉ DE OLIVEIRA	EMEI MONTEIRO LOBATO	EMEI NOVA MONTE SERRAT	EMEFEI MARIA STELA IZZO	EMEI NILMA TARTALHA
Como aparece a educação física?	Currículo específico (somente citado)	Currículo específico (anexado)	Citado somente referente às suas atribuições	Currículo específico (somente citado)	Currículo específico (somente citado)	Currículo específico (anexado)
Menção aos espaços para formação? (HTP, HTPC, HE)	Sim	Não	Superficialmente	Não	Não	Sim
Aponta o caráter democrático durante a elaboração do PPP?	Superficialmente	Sim	Não	Não	Sim	Sim

QUADRO 15 – Presença da educação Física nos PPPs das escolas de Itupeva

Alguns professores, em suas respostas, enfatizaram a importância e a preocupação pelo fato de a disciplina não constar nos documentos, aumentando sua invisibilidade e contribuindo para diminuir o seu protagonismo.

P16Q3- “Elaborar e anexar um projeto de Educação Física no PPP, este organiza os processos de ensino e aprendizagem da escola e do professor.”

P15Q3- “A valorização da educação física infantil deveria começar por estar presente no PPP, quem sabe assim a valorização e sua importância ganhariam a notória necessária.”

Dentro deste cenário, Zanotto (2021), aponta que outras condicionantes, provenientes da literatura, ajudam a tornar impreciso o papel social e pedagógico do professor de Educação Física. Por exemplo, pode-se citar a falta de objetivos de ensino bem definidos tanto para o professor quanto para seus pares, além da carência de um planejamento de longo prazo alinhado com o projeto político-pedagógico da instituição. Essa situação se agrava devido à falta de conhecimento sobre as características da criança e da infância, bem como a falta de compreensão das especificidades da Educação Infantil. (ZANOTTO, 2021, p. 185).

Dentro dessa abordagem, é importante contextualizar a inclusão de um currículo de Educação Física em alguns dos documentos de Projeto Político-

Pedagógico (PPP) que foram analisados. A construção do currículo de Educação Física para a rede de ensino de Itupeva teve início em 2019, após a decisão da secretaria de educação de promover reuniões quinzenais com especialistas de cada área. Vale ressaltar que algumas destas reuniões contaram com a participação do autor desta pesquisa.

No entanto, é relevante observar que esse currículo não foi finalizado em sua totalidade, devido a decisões administrativas que levaram ao cancelamento das reuniões, bem como em decorrência do decreto de isolamento social ocasionado pela pandemia de COVID-19. Durante esse reduzido número de encontros, o grupo conseguiu contemplar os anos iniciais. Entretanto, a Educação Infantil não foi abordada neste currículo.

Apesar disso, é surpreendente que algumas escolas que atendem a Educação Infantil optaram por incluir esse currículo incompleto em seus respectivos PPPs, sugerindo que essa ação possa ter sido uma simples "obrigação burocrática".

3.2.2 Professores e a participação na elaboração dos PPPs

No que diz respeito à participação na construção e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas, as respostas dos 8 professores da cidade de Itupeva refletem o que foi encontrado na análise desses documentos em relação à presença da educação física. A constatação de que, para cada questão, 6 professores dentre os 8 responderam de forma semelhante, indicando pouca participação na elaboração, acompanha-se do fato de que 6 professores consideram o espaço destinado ao PPP insuficiente. Além disso, também 6 professores não participaram de nenhuma formação continuada específica para lidar com o documento e tampouco se consideram preparados, devido a uma formação inicial deficiente nesse sentido. Essa situação evidencia a invisibilidade e o reduzido protagonismo dos professores e da

disciplina de educação física, contribuindo para que esse documento seja carente e incompleto em sua abordagem.

Respostas dos professores de Itupeva:

Você já ouviu falar do PPP (Projeto Político-Pedagógico) da sua escola? Participou da elaboração dele?	
Sim, e participei da elaboração.	4
Sim, mas não participei da elaboração	4

QUADRO 16 - Conhecimento e participação na elaboração do PPP

Se você já participou da elaboração de um PPP, qual a percepção que teve da sua participação como professor de educação física e como representante da disciplina?	
Participei ativamente, tentando colaborar com a construção do PPP	2
Participei de maneira discreta	3
Participei, mas não fiz nenhuma intervenção/colaboração.	1
Nunca participei	2

QUADRO 17 - Percepção durante a elaboração do PPP

O espaço destinado à Educação Física no processo de elaboração e implementação do documento PPP é suficiente, na sua opinião?	
Sim	1
Não	6
Não tenho certeza	1

QUADRO 18 - EF durante o processo de elaboração e implementação do PPP

Você considera que a sua formação acadêmica em Educação Física lhe preparou adequadamente para lidar com o PPP na prática pedagógica?	
Não	6
Não tenho certeza	2

QUADRO 19 - Formação acadêmica em Educação Física e preparo para lidar com o PPP

Você já participou de alguma formação continuada que abordou a Educação Física no PPP?	
Sim	2
Não	6

QUADRO 20 - Participação em formação continuada na Educação Física que abordou PPP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança em seu processo de aprendizado na educação infantil, necessita ser encorajada a explorar e experimentar, sendo essa ousadia intrinsecamente ligada à liberdade. Esse ambiente de liberdade propicia um espaço em que a repetição seja afastada, especialmente quando imposta pelo professor. É fundamental ressaltar que a repetição só é benéfica quando acompanhada de prazer intrínseco, quando a pulsão e a libido estão presentes, trazendo alegria ao ato de aprender. Nesse contexto, a criatividade assume um papel essencial, fortalecendo a consolidação do conhecimento e estimulando o desenvolvimento da criança.

Considerando a relevância desse enfoque, surge a possibilidade de que, para aumentar o protagonismo do professor de EF na educação infantil, sua atuação docente pode acrescentar outro olhar às metodologias comumente utilizadas, como a cultura corporal do movimento, desenvolvimento motor, jogos e esportes. Para isso, é necessário um ponto comum, um elemento perpassante e uma base sólida para sua atuação. Nesse sentido, o foco na linguagem corporal e no movimento como meios para orientar as aulas de Educação Física, permite ao professor explorar plenamente seus objetivos relacionados ao desenvolvimento integral do aluno.

Além disso, esse enfoque na linguagem do corpo, também abre caminhos para uma maior colaboração entre os docentes, gestores e, nessa direção, a formação de um campo interdisciplinar. Isso possibilita a ressignificação da atuação do professor de Educação Física no contexto da Educação Infantil. Com conhecimento do potencial da Educação Física e consciente dessas possibilidades, o professor precisa adotar uma postura ativa, questionadora e de resistência, para fazer uso desses argumentos e ser ouvido, desempenhando um papel de protagonismo e afastando concepções equivocadas sobre a disciplina.

Essa mudança de postura também é relevante na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), pois com ela, a Educação Física pode ser contemplada de maneira diferenciada nesse documento. A disciplina poderá desempenhar um papel mais significativo no desenvolvimento da criança e estabelecer relações mais amplas com outras áreas de conhecimento. Com essa abordagem, a Educação Física contribuirá para oferecer uma educação de maior qualidade, equidade e eficácia aos alunos da Educação Infantil.

Ao considerar o contexto tratado pelo projeto, que envolve o PPP, a Educação Infantil, a Educação Física e a possibilidade de protagonismo do professor de Educação Física por meio desse PPP, torna-se evidente a importância dessa abordagem. Essa perspectiva visa a criar um ambiente de aprendizado mais abrangente, enriquecendo a experiência educativa das crianças desde a fase inicial de sua trajetória escolar.

A análise dos questionários revelou a necessidade premente de fortalecer o entendimento e desenvolvimento do PPP entre os professores, bem como a importância de aprimorar a formação inicial e continuada, a fim de capacitá-los a integrar efetivamente o PPP em suas práticas pedagógicas. A participação limitada na elaboração e implementação dos PPPs, juntamente com a reduzida representatividade da Educação Física, evidencia a urgência de ampliar o espaço e o reconhecimento da disciplina nesse documento fundamental. Além disso, o próprio documento necessita ser repensado, transformando seu caráter anteriormente restrito à obrigação burocrática, em um agente facilitador de transformações. Este, pode conferir voz aos professores e elevar a qualidade do que é proporcionado no âmbito da educação básica, especialmente no contexto da educação infantil.

Em relação à análise dos PPPs, identificou-se uma priorização das dimensões relacionadas ao ensino, currículo e disciplinas, estabelecendo pouca relação e importância ao desenvolvimento infantil e a pedagogia lúdica. A presença variável da Educação Física nos PPPs reforça a necessidade de ampliar a consideração da disciplina, fortalecendo sua integração interdisciplinar. Os professores devem ser

agentes ativos na construção e aplicação do PPP, assegurando a abrangência e relevância do documento.

Embora o número reduzido de professores representantes das redes de ensino cujos PPPs não foram submetidos à análise, possa limitar uma conclusão definitiva, é possível inferir que essas cidades enfrentam desafios análogos aos evidenciados pelos professores da cidade de Itupeva, quanto à construção e elaboração do PPP. Portanto, ampliar o escopo desse estudo para contemplar um conjunto mais diversificado de cidades poderia fornecer um panorama mais abrangente dos desafios e das necessidades enfrentados pelos educadores na elaboração e implementação do PPP.

Uma área adicional de exploração seria investigar como o processo abordado nesta pesquisa é aplicado em escolas privadas. Comparar as abordagens de escolas privadas com as escolas públicas poderia revelar diferenças e semelhanças importantes, oferecendo insights sobre práticas eficazes e desafios enfrentados em diferentes contextos educacionais, ajudando a desvelar o panorama da educação básica.

Concluindo, o enfoque na liberdade, criatividade e linguagem do movimento na educação infantil, desenha um cenário onde a Educação Física desempenha um papel central. O professor de educação física, alçado ao protagonismo, torna-se um agente transformador capaz de forjar uma educação de qualidade, embasada em valores democráticos e contribuindo para a participação efetiva de todos os atores envolvidos. A integração da Educação Física nos PPPs da educação infantil é uma etapa vital para essa mudança, estimulando a formação de cidadãos completos e conscientes, desde os primeiros passos da sua trajetória educacional e contribuindo para a melhoria da qualidade educacional nesse segmento.

PRODUTO EDUCACIONAL

A presente pesquisa, conforme os objetivos do mestrado profissional, visa ao desenvolvimento de um produto educacional que abordará a educação física e suas possíveis conexões interdisciplinares com os campos de experiência estabelecidos pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a educação infantil.

Este guia de orientações é composto por uma seção teórica e sugestões de atividades práticas relacionadas a cada campo de experiência. Além disso, ele oferece diretrizes para que os professores de Educação Física possam participar ativamente na criação e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), desempenhando um papel significativo na educação física nessa fase de ensino, e propondo projetos interdisciplinares.

O Produto Educacional resultante desta pesquisa é um requisito fundamental para a obtenção do título de Mestre em Educação Física Escolar. Trata-se de um material didático destinado aos professores que atuam na Educação Infantil, mas também pode servir como orientação para outros interessados e para os anos iniciais do Ensino Fundamental. O título do produto educacional é "Educação Física e os Campos de Experiência da BNCC na Educação Infantil - uma abordagem interdisciplinar para o PPP".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANDA, Maria Alice de Miranda. AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: PONTUAÇÕES EMERGENTES E SOLICITAÇÕES NECESSÁRIAS. **Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq**, n. 4, p. iv-xii, 2023.

ALVARENGA, João Paulo Pimentel et al. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA. *Biológicas & Saúde*, v. 3, n. 8, 2013.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Relação entre formação inicial e ação docente: o desafio político da educação física escolar no centro do debate. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 41, p. 277-283, 2019.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lucia Goulart (Org.). *Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro*. Campinas: Leitura Crítica, 2015. p. 185-198.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo/Laurence Bardin*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BAYSDORF, Grace Coswig; SILVA, Jerônimo Goulart da. *O projeto político pedagógico e a participação do professor de educação física no planejamento educacional*. 2010

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa*. *Humanidades em Perspectivas*, v. 1, n. 1, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1188/2019. Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1723452. Acesso em: 07/11/2023.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. DOU de 26.6.2014 - Edição extra.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. – Brasília: MEC / SEF, 1998. Vol. 1

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e o art. 92 da Lei 9294, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf Acesso em: 18 out. 2022.

CAIRES, Tatiane; MASCIA, Márcia. ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER-SABER E A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NOS DOCUMENTOS CURRICULARES: Base Nacional Comum Curricular e Projeto Político Pedagógico de uma escola de Educação Infantil. **Cadernos Cajuína**, v. 8, n. 1, p. e238108-e238108, 2023.

Carvalho, Rodrigo Saballa de. O ponto de vista das crianças sobre os usos do tempo no cotidiano da educação infantil. In: Camargo, Daiana; Santa Clara, Cristiane W. de (org.). Educar a criança do século XXI: outro olhar, novas possibilidades. São Paulo: Cortez, 2015. p. 113-127.

CYNTHIA HUNGER, Dagmar et al. Os enfrentamentos da formação e desenvolvimento profissional em educação física. Caderno de Educação Física e Esporte, v. 17, n. 1, 2019.

CONDE, Soraya Franzoni; HERMIDA, Jorge. Fernando. Pedagogia histórico-crítica e posicionamento ativista transformador na educação infantil. *Holos*, Ano 37, v.8, e13210, 2021

COSTA, J. M.; PINHEIRO, N. A. M. O ensino por meio de temas geradores: a educação pensada de forma contextualizada, problematizada e interdisciplinar. *Imagens da Educação*, Maringá, PR, v. 3, n. 2, p. 37-44, 2013.

COUTINHO, D. S.; ZANOTTO, L. Corpo, gestos e movimentos na Educação Infantil: o olhar de professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, p. 1–19, 2023.

Creche Municipal e Educação Infantil da Nova Monte Serrat. Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2020.

DA SILVA, Camila Perez; MARQUES, Rosebelly Nunes. À guisa da democratização da gestão escolar: Análise sobre o processo de reelaboração do projeto político pedagógico em uma unidade de educação infantil. *Revista Contexto & Educação*, v. 38, n. 120, p. e12843-e12843, 2023.

DE LIMA, Débora Nascimento; DA SILVA CASSIMIRO, Ana Carla Souza; RABELO, Amanda Oliveira. Interdisciplinaridade no âmbito da educação infantil. **Imagens da Educação**, v. 10, n. 2, p. 125-138, 2020.

DE LUNARDO, C. S.; PERROUD, V. A. DE A. S. O “PROJETO CORES”, MATISSE E A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Cadernos UniFOA**, v. 12, n. 34, p. 125–137, 2017.

DO NASCIMENTO VAZ, Alexandro; OLIVEIRA, Tais Cristina Oliveira. A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A INTERDISCIPLINARIDADE COMO AUXÍLIO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM. **Revista Novos Desafios**, v. 1, n. 2, p. 96-108, 2021.

ELESBÃO, H.; CAMARGO, M. C. DA S. Corpo e movimento e o projeto político-pedagógico na educação infantil: tensões na relação com a BNCC e o RCG. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1–18, 2021.

EMEFEI “Prefeito José de Oliveira.” Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2019.

EMEFEI “Bairro da Mina.” Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2020.

EMEI “Professora Nilma Ernesta Cortellazzi Tartalha.” Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2020.

EMEFEI “Profª Maria Stela Sales Izzo.” Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2020.

EMEI “MONTEIRO LOBATO.” Projeto Eco Político Pedagógico. Itupeva, SP. 2019.

FARIAS, U. DE S.; MALDONADO, D. T.; RODRIGUES, G. M. EDUCAÇÃO FÍSICA, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA APROXIMAÇÃO COM PAULO FREIRE. **Revista Inter-Ação**, v. 46, n. ed.especial, p. 1102–1113, 2021.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção. *Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 2. São Paulo, 2012.

FERREIRA, J. C.; CORRÊA, S. D. S. A dimensão democrática da elaboração do projeto político-pedagógico na Educação Infantil: relações e especificidades. **Zero-a-Seis**, v. 1, n. 27, 2013.

FGV – CEIPE Políticas Educacionais em Ação, Prioridades na educação infantil. número 11. 2020.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2012.

FMCSV - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; LEPES – USP Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social. (2022). Avaliação da qualidade da educação infantil. São Paulo. Recuperado em 20 de abril de 2022, de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/estudo-nacional-qualidade-educacao-infantil/?s=avalia%C3%A7%C3%A3o>

FONSECA, Vitor; MENDES, Nelson. Escola, Escola, quem és tu? Editora Artes Médicas. Porto Alegre. 1987.

FRANZEN, K. G.; LUNARDI, E. M. O Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil: Uma proposta de construção dialógica na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS. **Educação Por Escrito**, v. 10, n. 1, p. 32383, 2019.

HARBS, M.; FONTES, P. N.; DOS SANTOS, M. P. PROJETO LINGUAGEM DO MOVIMENTO E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Atos de pesquisa em educação**, v. 16, p. 7921, 2021.

LIZ, L. O. DE; BENITES, L. C. O OLHAR DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC. **Corpoconsciência**, p. e15077, 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. – Atlas - São Paulo, 2002.

GOES, Daniella de Luca. O ensino da educação física na educação infantil: desafios contemporâneos. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2020.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação Física Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Candida Soares. Desafios da educação física escolar: temáticas de formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

GREGOLIN, Maria Do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. ALFA: Revista de Linguística, 1995.

IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física como componente curricular da Educação Básica: aspectos legais. In: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Cândida Soares (Org.). Desafios da Educação Física Escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. ISBN 978-65-86546-43-9. (Programa Publicações Digitais Unesp - IEP3).

ITUPEVA. Lei nº 2034 de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 20/11/2022

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: Fundamentos da metodologia científica. Editora Atlas. São Paulo. 2003.

MARIANO, Ari Melo; ROCHA, Maíra Santos. Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora. In: AEDEM International Conference. 2017. p. 427- 442.

MARTINS, R. L. D. R. O lugar da educação física na educação infantil. Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2018.

NASCIMENTO, Milton. Bola de meia, Bola de gude. Miltons. CBS. 1989.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da; Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. Educação & Sociedade [online]. 2005, v. 26, n. 91, pp. 599-615.

OLIVEIRA, Elisandra Brizolla de; SANTOS, Franklin Noel dos. Pressupostos e definições em interdisciplinaridade: diálogo com alguns autores. Interdisc., São Paulo, n.11, p.73-87, out. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/34709>. Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVEIRA, Vinicius Machado de; SOUZA, Juliano de. A infância, o brincar e o jogar: reflexões a partir do referencial teórico de Norbert Elias. Educação em Revista, v. 34, 2018.

PAIVA, M. N. DOS S.; RIBEIRO, R. DA S. Interdisciplinaridade na educação infantil possibilidades para o ensino da matemática com significado. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 4, p. 2067–2079, 2023.

PEREIRA LEMOS, G.; MAIA DA COSTA, J. EDUCAÇÃO FÍSICA INTEGRADA À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROGRAMA “EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO”. **Revista Didática Sistêmica**, v. 23, n. 1, p. 228–242, 2022.

PRANDINA, Marilene Zandonade; DOS SANTOS, Maria de Lourdes. A Educação Física escolar e as principais dificuldades apontadas por professores da área. *Horizontes-Revista de Educação* ISSN 2318-1540, v. 4, n. 8, p. 99-114, 2016.

QUARANTA, Silvia Cinelli; FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro; BETTI, Mauro. Ensino da educação física na educação infantil: dificuldades e possibilidades. *Práxis educacional*, v. 12, n. 23, p. 57-81, 2016.

RORATO, A.; MELLO, E. M. B. Projeto Político-Pedagógico: um diálogo sobre singularidade e resistência na educação infantil. **Revista Educação e Emancipação**, v. 12, n. 2, p. 321, 2019.

RICHTER, AC, VAZ AF. Corpos, saberes e infância: um inventário para estudos sobre a educação do corpo em ambientes educacionais de 0 a 6 anos. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 2005;26(3):79-93.

SAURA, Soraia Chung. A pedagogia do movimento na perspectiva do lazer. Basso L, Correa W, organizadores. *Pedagogia do movimento do corpo humano*. Várzea Paulista: Fontoura, 2013.

SAURA, Soraia Chung. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. *Revista brasileira de educação física e esporte*, v. 28, p. 163-175, 2014.

SCAPIN, G. J.; CAMARGO, M. C. DA S. O brincar como objeto da EFE na educação infantil: A relação entre corpo, linguagem e criança. **Conexões**, v. 19, p. e021038, 2021.

SCHIAVON, Daiane Natalia; MARQUES, Marcos Vinicius. A formação dos professores de educação física quanto a relação do projeto político pedagógico com as necessidades das classes. In: **Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011. p. 2872-2883.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. História da educação do tempo presente: bases teórico-metodológicas. *Filosofia e Educação*, v. 3, n. 1, p. 295-312, 2011.

SILVEIRA, J. EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE MOVIMENTO, AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS E DESAFIOS DO COTIDIANO PEDAGÓGICO. **Revista Didática Sistemica**, v. 23, n. 1, p. 69–81, 2022.

SOARES, D. B. et al. Movimento e interdisciplinaridade na legislação brasileira: Contribuições da Educação Física para a Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 33, n. 2, p. 265–275, 2019.

SOARES, Daniela Bento; PRODÓCIMO, Elaine; DE MARCO, Ademir. O diálogo na Educação Infantil: o movimento, a interdisciplinaridade e a Educação Física. *Movimento (Porto Alegre)*, v. 22, n. 4, p. 1195-1208, 2016.

SOUSA, A. P. M. DE; PRZYLEPA, M.; ASSIS, R. M. DE. Elaboração, atualização e a participação da educação física no projeto político pedagógico escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 4, p. 2345–2357, 2019.

SOUSA DA SILVA, G. C. et al. EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC: ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 4, n. 1, p. 97, 2019.

SOUZA, José Clécio Silva. Educação e história da educação no Brasil. *Educação Pública*, v. 18, n. 23, p. 27, 2018.

SOUZA, V. S.; NEIRA, M. G. A domesticação dos corpos infantis: em destaque as práticas escolarizadas na educação infantil escolarizadas na educação infantil. **Conexões**, v. 12, n. 1, p. 107–125, 2014.

SURDI, A. C.; MELO, J. P. DE; KUNZ, E. O BRINCAR E O SE-MOVIMENTAR NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL: REALIDADES E POSSIBILIDADES. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 22, n. 2, p. 459, 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, v. 1, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cadernos Cedes*, v. 23, p. 267-281, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Papyrus Editora, 2013.

VENÂNCIO, L.; DARIDO, S. C. A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 1, p. 97–109, 2012.

ZANOTTO, Luana. Educação física na educação infantil: normativos e o trabalho docente. *Retratos da Escola*, v. 15, n. 31, p. 165-181, 2021.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO E

QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre a Educação Física no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil

Questionário que será utilizado para a elaboração da dissertação de mestrado de Julio Cesar Gonçalves da Cruz, discente do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional - ProEF - Campus Unesp - Bauru

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) professor (a)

O (a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada “Educação Física no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil” que será desenvolvida sob a responsabilidade de Julio Cesar Gonçalves da Cruz, sob orientação da Prof.^a dr.^a Dagmar A. C. F. Hunger, no curso de Mestrado Profissional de Educação Física em Rede Nacional – (PROEF) na Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Unesp – Bauru.

A sua participação é essencial para o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada junto aos professores que atuam na Rede Municipal de Itupeva - SP. O objetivo da referida pesquisa é analisar os conhecimentos

dos professores de educação física sobre o projeto político pedagógico das escolas, especialmente as de educação infantil e como a educação física é contemplada durante a elaboração e implementação dos referidos documentos.

Na presente pesquisa a sua colaboração será responder a um questionário, com 26 perguntas que serão divididas em 3 blocos cuja as respostas serão de múltipla escolha e dissertativas. Para a sua participação na pesquisa será necessário utilizar um smartphone ou computador pessoal, uma vez que não serão fornecidos pelo pesquisador. Para corresponder ao objetivo da pesquisa a coleta de dados dar-se-á por intermédio de um questionário digital que será enviado a um link no seu endereço de e-mail ou pelo aplicativo Whatsapp.

A pesquisa pode gerar riscos, e este é mínimo, se observado o método do questionário que poderá gerar algum desconforto ou constrangimento, em virtude da natureza de alguma pergunta, exposição de informações pessoais e opiniões sobre os projetos políticos pedagógicos nas escolas. Tendo em vista esses possíveis riscos e para evitar quaisquer transtornos, você poderá deixar de responder e solicitar que a sua participação não seja utilizada na pesquisa.

Os benefícios da presente pesquisa serão a melhoria na qualidade de elaboração e implementação do PPP nas escolas, proporcionando uma melhor participação, engajamento e protagonismo dos professores de educação física, por meio da reflexão sobre sua prática pedagógica.

A participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. A qualquer momento o senhor (a) poderá consultar os pesquisadores responsáveis, pessoalmente, pelo telefone ou e-mail para esclarecimento de qualquer dúvida e poderá, se necessário, além de contatar os pesquisadores responsáveis pela pesquisa, contatar o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) pelo telefone (14) 3103-9400, cujo o coordenador é o Prof. Assoc. Cassiano Merussi Neiva.

Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua participação, sendo utilizado como identificação um pseudônimo ou número e todas as informações fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e, estes serão utilizados somente para divulgação em reuniões, eventos científicos (congressos, simpósios etc.), revistas científicas e outra publicação de ordem científica. O senhor (a) não terá quaisquer benefícios ou direitos financeiros. Para participar não terá nenhuma despesa, bem como, não terá qualquer tipo de remuneração.

Se o(a) senhor(a) se sentir esclarecido sobre a pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-(a) a continuar o preenchimento do presente formulário digital. Ao final de sua participação será enviado um relatório com as suas respostas no seu endereço dee-mail que podem ser editadas após o envio.

CEP-FC/UNESP-CBAURU

Prof. Assoc. Cassiano Merussi Neiva

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP

Telefone: (14) 3103-9400

Número do parecer: 2.650.194

Julio Cesar Gonçalves da Cruz

Tel.: (11) 9965-55815

jc.cruz@unesp.br

Faculdade de Ciências - Câmpus de Bauru

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP - CEP 17033-360

Telefone: (14) 3103-6000 - Fax: (14) 3103-6000

Para baixar este TCLE em formato pdf, clique no link abaixo:

https://docs.google.com/uc?export=download&id=1vHARg5r_fRaPQooiwxGWdqj8vMxZgAju

2. Concorda com os Termos da Pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

3. 1- Qual é o seu nome completo? *

4. 2- Qual é a sua idade? *

5. 3- Qual é o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outro

6. 4- Qual é a sua formação acadêmica? *

Marque todas que se aplicam.

- Licenciatura em Educação Física
- Pós-Graduação Lato Sensu
- Pós- Graduação Strictu Sensu

7. 5- Há quanto tempo você atua como professor de Educação Física Escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de um ano
- Entre um e dois anos
- Entre dois e cinco anos
- Entre cinco e dez anos
- Mais de dez anos

8. 6- Em qual (quais) rede (s) de ensino você atua? *

Marque todas que se aplicam.

- Rede Municipal de Ensino de Itupeva
- Outra Rede Municipal de Ensino
- Rede Estadual de Ensino
- Rede Particular

9. 7- A instituição que você trabalha atualmente oferece quais segmentos? *

Marque todas que se aplicam.

- Creche (0 a 3 anos)
- Educação Infantil (4 a 5 anos)
- Anos Iniciais do Fundamental
- Anos Finais do Fundamental
- Ensino Médio

10. 8- Em quais segmentos você leciona? *

Marque todas que se aplicam.

- Creche (0 a 3 anos)
- Educação Infantil (4 a 5 anos)
- Anos Iniciais do Fund. I
- Anos Finais do Fund I
- Ensino Médio

Conhecimentos e impressões acerca do Projeto Político Pedagógico e a Educação Física

Questões objetivas

11. 1- Quais os seus conhecimentos sobre Projeto Político Pedagógico (PPP)? *

Marcar apenas uma oval.

- Tenho bastante conhecimento.
- Conheço parcialmente
- Tenho pouco conhecimento.

12.

*

2- Você já ouviu falar do PPP (Projeto Político-Pedagógico) da sua escola?
Participou da elaboração dele?

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim, mas não participei da elaboração
- Sim, e participei da elaboração.

13. 3- Se você já participou da elaboração de um PPP, qual a percepção que teve *
da sua participação como professor de educação física e como representante
da disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- Participei ativamente, tentando colaborar com a construção do PPP
- Participei de maneira discreta
- Participei, mas não fiz nenhuma intervenção/colaboração.
- Nunca participei

14. 4- O espaço destinado à Educação Física no processo de elaboração e *
implementação do documento PPP é suficiente, na sua opinião?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

15. 5- Você acredita que o PPP é importante para orientar a prática pedagógica da Educação Física na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não tenho certeza.

16. 6- Você acredita que o PPP é considerado na elaboração do plano de aula da Educação Física? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não tenho certeza

17. 7- Durante sua formação acadêmica em Educação Física, você teve alguma disciplina ou curso que abordou o conceito e a importância do PPP? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

18. 8- Você considera que a sua formação acadêmica em Educação Física lhe preparou adequadamente para lidar com o PPP na prática pedagógica? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não tenho certeza

19. 9- Você já participou de alguma formação continuada que abordou a Educação Física no PPP? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. 10- Caso tenha participado de formação continuada sobre PPP, como essa formação contribuiu para a sua prática pedagógica em Educação Física? *

Marcar apenas uma oval.

Contribuiu bastante

Contribuiu pouco

Não contribuiu

Conhecimentos e impressões acerca do Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil e a Educação Física

Questões dissertativas

21. 1- Na sua opinião, como o PPP pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de uma escola, no segmento da Educação Infantil? *

22. 2- Qual a sua visão sobre o papel da Educação Física e do professor da disciplina, na etapa da educação infantil (importância, reconhecimento, valorização, etc.)? *

23. 3- Você tem algum exemplo de como o PPP já influenciou ou poderia influenciar a prática da Educação Física na Educação Infantil? *

24. 4- Você tem alguma sugestão para melhorar a implementação do PPP na Educação Infantil e como a Educação Física pode contribuir para isso? *

25. 5- Como a formação inicial em Educação Física poderia ser aprimorada para melhor preparar os professores para lidar com o PPP? *

26. 6- Na sua opinião, qual é a importância das formações continuadas para a compreensão e utilização do PPP na prática pedagógica dos professores de EF? Como sua escola poderia oferecer estas formações? *

27. 7- Você tem alguma sugestão de temas que poderiam ser abordados em formações continuadas sobre a Educação Física e o PPP na Educação Infantil? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO B – RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS

1- Na sua opinião, como o PPP pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de uma escola, no segmento da Educação Infantil?

P1 -Pode contribuir em relação ao conhecimento da comunidade facilitando trabalho pedagógico.

P2 -Conhecendo a comunidade o processo se torna mais efetivo

P3 -Sim

P4 -O projeto político pedagógico permite com que o trabalho realizado na educação infantil seja realizado de acordo com a realidade da comunidade a onde a escola se encontra, havendo assim uma conexão de todos os profissionais para alcançarem um único objetivo.

P5 -Trazendo orientações e norteando o trabalho do professor

P6 -O PPP é fundamental na educação infantil, pois o professor tem um papel mediador no processo de aprendizagem na escola , é um instrumento de luta pela qualidade de vida da comunidade escolar.

P7 -Por se tratar de um documento que deve ser construído democraticamente, acredito que o envolvimento de toda a comunidade escolar por si só, já possa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Uma vez que os objetivos e perspectivas são "alinhados" e posto com clareza neste documento.

P8- Pois é através da comunidade, o seu ambiente, sua cultura e costumes que podemos ficar mais próximos e se envolver de fato dentro da comunidade

P9- Contribui no sentido de adequar os espaços e conteúdos de acordo com a demanda das exigências da comunidade em que a UE está inserida.

P10- Sim. Seria importante para definir os conteúdos de acordo com a realidade da escola e ser flexível para atender as especificidades dos alunos.

P11- Ele pode orientar as professoras de como trabalhar e quais metas alcançar, e assim ter um norte para traçar os planos de ação corretos.

P12- O PPP é um instrumento de organização teórico/prática pedagógica que elenca tudo na escola, desde a comunidade em que vivemos e que queremos ter, o tipo de aluno que queremos formar e com certeza deve ser revisitado sempre buscando a melhoria da qualidade de ensino e também dando subsídios para a reflexão. Não deve ser um instrumento engavetado.

P13 - Sim. Através do PPP podemos organizar o todo planejamento com as reais necessidades da escola e da população que a frequentar.

P14- Sim.

P15- Todas as unidades de ensino devem ter um PPP elaborada de acordo com as características e necessidades da comunidade escolar, proporcionando um ensino aprendizagem de qualidade, em todos os níveis da educação básica.

P16 - Norteando as práticas educacionais cotidianas da escola.

P17 - Melhora na elaboração das aulas e também no apoio aos conteúdos a serem lecionados.

P18 - O PPP mostra a direção que se quer chegar tanto no que diz respeito a parte política, das relações humanas, ideologias, visões de mundo, a moral, ética, etc., quanto a parte pedagógica, orienta o quê e como serão apresentados os conteúdos que esse aluno irá desenvolver.

P19 - Considerando a importância do PPP e que seja elaborado em conjunto com todos os envolvidos na escola (docentes, discentes, funcionários, gestores e comunidade), pode contribuir positivamente na Educação Infantil norteando os planos de ensino e ações de toda a comunidade escolar. Quando bem elaborado, o plano faz sentido aos envolvidos e embasa as ações docentes, permitindo que a Educação Infantil não seja simplesmente em caráter assistencial e faça parte do desenvolvimento dos educandos.

P20 - O PPP enquanto um documento norteador das ações da comunidade escolar, pode favorecer a qualidade de ensino na educação infantil, desde que, seja elaborado coletivamente e leve em conta a realidade de cada uma unidade escolar, para aí sim, pensar em trabalhar do micro para o macro.

P21 - Sim

P22 - Contribui norteando os professores para um rumo a seguirem.

P23 - O PPP é o norte da escola, e através dele podemos elaborar o planejamento de ensino

P24 - Sim, se ele realmente exercer o papel que lhe cabe

P25 - O PPP é um documento de grande importância, que na minha opinião, os profissionais da Educação deveriam valorizar mais. Sem dúvida é um documento norteador e que proporciona uma melhor qualidade de ensino.

2- Qual a sua visão sobre o papel da Educação Física e do professor da disciplina, na etapa da educação infantil (importância, reconhecimento, valorização, etc.)?

P1- O professor é muito importante para estimular o desenvolvimento motor, coordenação, descobrir seus limites e ajudar na sala de aula.

P2- O profissional de educação física é de extrema importância na educação infantil, visto que o desenvolvimento cognitivo da infância é ativado pelo movimento, a criança conhece o mundo pelo seu corpo

P3- Assim como nos demais seguimentos, a disciplina e o professor possuem grandes relevância na contribuição da formação integral dos estudantes. O objeto de estudo da educação física, que é a cultura corporal de movimento conduzida de forma coerente na tematização das práticas corporais ratifica essa importância. Em relação ao reconhecimento e valorização, acredito que a postura do professor poderá contribuir para que sejam alcançados. Sem esquecer das lutas que se travam para isso.

P4- A educação física contribui para o desenvolvimento motor da criança, mas principalmente colabora para que o aluno socialize com o meio através do brincar, a cooperação e o respeito, trabalhando valores e éticas, baseados no contato com o próximo.

P5- Fundamental o papel da educação física já que a criança aprende brincando, através do lúdico as crianças do infantil conhecem e interagem com o mundo a sua volta

P6- O professor de educação física é fundamental no processo de aprendizagem, interligando as práticas corporais, indispensáveis para o desenvolvimento dos alunos.

P7- O professor tem o papel de "atuar" para que a Educação Física contribua no desenvolvimento integral dos alunos da educação infantil, demonstrando e valorizando assim, a disciplina e seu professor como partes fundamentais no processo de ensino aprendizagem e formação base para o desempenho dos alunos ao longo de sua trajetória.

P8- Importante pois são os direitos de aprendizagem da criança e seus objetivos de aprendizagem como fatores de qualidade de ensino integral importante para as crianças

P9- A educação física tem a sua importância na vida dos discentes da educação infantil, principalmente abordando e trabalhando a questão motora e lúdica.

P10- O professor de Educação Física tem um importante papel no desenvolvimento integral dos alunos desde a Educação Infantil, sendo esta a primeira etapa da Educação Básica. Pode fazer escolhas de atividades dentro dos conteúdos

pertinentes a área, envolvendo as dimensões procedimental, conceitual e atitudinal.

P11- A educação física no ensino infantil é a base para que os alunos desenvolvam a parte coordenativa fina e global as preparando para os anos iniciais, além de auxiliar a parte cognitiva e social das crianças, infelizmente a educação física no ensino infantil não é enxergada com essa importância pelos demais profissionais e algumas redes de ensino.

P12- O PPP é a cara da escola, nele encontramos o que precisamos para saber do público alvo e das peculiaridades da comunidade. O professor de Educação Física deve se empenhar em participar ativamente da formulação do PPP, inserindo os projetos que a Educação Física desenvolve na escola e ajudando na elaboração do aluno ingresso e egresso. Aqui o PPP é quadrienal, mas todo ano ele é atualizado com os Planos de Ação, momento onde dados sobre a aprendizagem, recursos, relação com as famílias e diretrizes podem ser alteradas.

P13- Sou super a favor. Acredito na contribuição da EF no desenvolvimento das crianças. Na rede que atuo o professor especialista está na educação infantil, entretanto não temos espaços adequados para que essas aulas aconteçam e somos pouco valorizados pela escola, que ainda olha como um momento de extravasar ou um quebra galho da escola.

P14- Muito importante, porém não é explorado toda sua totalidade e potencial.

P15- O professor de educação física é de extrema relevância para o desenvolvimento dos educandos na etapa da educação infantil, pois proporciona a aquisição de habilidades para sua formação. Infelizmente vejo pouco reconhecimento por parte de toda comunidade escolar, apesar do empenho de muitos professores, a aula de Educação Física é vista como um recreio, ou um momento de descanso para os professores generalistas.

P16- A educação física na educação infantil contribui no desenvolvimento das crianças, organiza o aprendizado para que elas usufruam da cultura corporal de movimento, mas é essencial que haja a integração do professor de educação física e o professor da sala de aula.

P17- Importantíssimo pois nesta fase o desenvolvimento motor é primordial

P18- Apesar de não ser obrigatório, é importante que se tenta um professor especializado em Ed Física, para garantir as aprendizagens essenciais aos alunos, pois as vezes o professor generalista acaba não dando atenção suficiente a essa atividade.

P19- "A Educação Física exercer papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, especialmente na educação infantil, momento em que os educandos estão adquirindo consciência corporal, coordenação motora, ampliando a interação social,

entre outros. E quando acontece sob orientação de profissional especialista (professor de Educação Física) e com qualidade, proporciona vivência e condições significativas para contribuir positivamente para esse desenvolvimento. No município em que leciono, a Educação Física nesta etapa fica a cargo do professor regente de sala, que não tem formação específica nesta área e acaba deixando de lado (ou pra depois) esses estímulos, resultando em crianças com repertório motor pobre e sem estímulo para o brincar e atividades físicas de forma geral. Entendo como desvalorização do profissional e da educação de forma geral, nitidamente um desinteresse para com a educação de qualidade."

P20- O papel do professor de Educação Física é de suma importância na educação infantil, tendo em vista as possibilidades de trabalho que ele pode ter junto aos estudantes com diversas propostas de tematização, trazendo para os pequenos e para a escola, uma visão de educação física além da que já é concebida e vista por muitos como o "rola bola", "espaço para preencher descanso/planejamento do prof de sala", entre outros pontos.

P21- O professor de educação física na educação infantil é o especialista sobre movimento e sua cultura, sendo fundamental para formação completa das crianças.

P22- De extrema importância. A EF é uma disciplina que trabalha o aluno em todos os aspectos: cognitivo, psicológico, motor e social. Reconhecimento e valorização são ínfimos, pois professores (outras disciplinas) gestores e a própria secretaria de educação desconhecem a importância da EF. Falta informação!

P23- É essencial, a linguagem corporal da criança se manifesta antes mesmo da linguagem falada. A educação física aborda os temas que serão essenciais no desenvolvimento infantil.

P24- Criança é movimento, então o professor de educação física é extremamente importante nessa fase do desenvolvimento, tendo em vista que é nesse período que as habilidades motoras, cognitivas e sociais estão em plena expansão e a criança precisa de vivência para desenvolvê-las

P25- No meu caso, atuo no fundo I, e acredito que nas demais etapas também não há a valorização e o reconhecimento que deveríamos ter. Estamos constantemente nos esforçando para adquirirmos nosso espaço.

3- Você tem algum exemplo de como o PPP já influenciou ou poderia influenciar a prática da Educação Física na Educação Infantil?

P1- Não.

P2- Não

P3- "Sabemos que determinados conteúdos da educação física, quando abordados na escola recebem certos questionamentos. Ao constar no PPP poderá influenciar

para que não ocorra tais questionamentos."

P4- Com o PPP o trabalho consegue ser mais objetivo, respeitando a criança como o todo, trazendo atividades que se adequam a realidade do aluno.

P5- Infelizmente nas escolas onde já trabalhei o PPP OU PEPP, não contribui significativa para o trabalho do profissional.

P6- Na educação infantil é possível com a finalidade de ampliar o espaço de atuação da criança e sua percepção de mundo através das brincadeiras nas aulas de educação física.

P7- Não tenho exemplos concretos, mas imagino que um PPP bem formulado, onde cada "integrante" tenha consciência do que se trata, da sua perspectiva e de seu papel individual e coletivo para a realização deste, seria uma influência positiva.

P8- Não tenho

P9- Por exemplo, possibilitando que os espaços e materiais sejam adequados para a exploração, criatividade dos alunos.

P10-Não!

P11- Não

P12- Não

P13- Infelizmente, não. A rede municipal de ourinhos está com um atraso de mais de 15 anos nos PPPs das escolas. Estão fechando agora um novo.

P14- Não.

P15- A valorização da educação física infantil deveria começar por estar presente no PPP, quem sabe assim a valorização e sua importância ganhariam a notória necessária.

P16- Elaborar e anexar um projeto de Educação Física no PPP, este organiza os processos de ensino e aprendizagem da escola e do professor.

P17- Na hora da aula pratica

P18- Há muitas pesquisas em andamento sobre o PPP e sua importância na escola, e com certeza uma equipe escolar engajada em fazer do aluno protagonista, elaborará um PPP de qualidade.

P19- Não tenho experiência na educação infantil, mas acredito que se no PPP estiver explícito a necessidade de profissionais especializados em Educação Física para ministrar tais atividades, e que estas acontecerão de forma a proporcionar vivências e situações que contribuirão no processo de desenvolvimento dos educandos, poderia influenciar a prática da EF na EI.

P20- Em pouco mais de 5 anos de trabalho, a primeira vez que fui chamado para discutir PPP e contribuir com o mesmo, foi em uma das escolas que atuo hoje em dia, no mais, não vi se as contribuições que fiz foram consideradas ou não.

P21- Sim

P22- No projeto estão direcionamentos q servem a todas as disciplinas. Falta, além de elabora-lo, retomá-lo em reuniões pedagógicas. Os PPP são construídos e arquivados durante o ano

P23- O PPP poderia dar suporte para que a educação física esteja de fato na escola. Já que podemos observar que ela não está presente em vários lugares. Para causar um impacto, é necessário primeiro estar lá.

P24- Não

P25- Sim, no caso um projeto da escola de cultura popular, na qual trabalhei com as crianças o universo das brincadeiras tradicionais e populares, bem como o contexto histórico que perpassam tais brincadeiras.

4- Você tem alguma sugestão para melhorar a implementação do PPP na Educação Infantil e como a Educação Física pode contribuir para isso?

P1- Pedir a contribuição dos professores especialistas na sua construção.

P2- Construir e utilizar o PPP já seria de grande iniciativa, enfatizando o brincar como prioridade

P3 -Por meio de um embasamento teórico coerente, que consiga mostrar a importância da educação física para este seguimento.

P4- Acredito que seria interessante abordar no PPP assuntos que envolvem a família para que a prática pudesse atender ainda mais a realidade da comunidade.

P5- É muito importante que nós professores nos coloquemos a disposição para atuar na construção do PPP das unidades escolares onde lecionamos, pois só assim o nosso trabalho e a nossa disciplina (Educação Física), terá o devido reconhecimento.

P6- Com a participação de todos os professores envolvidos na escola, definindo um plano de ação.

P7- Não tenho ...

P8- Participação mais efetiva da comunidade no ambiente escolar

P9- Trabalhar projetos interdisciplinares de forma efetiva, respeitando a demanda de cada disciplina.

P10- Envolver os professores de Educação Física na elaboração do PPP seria o primeiro ponto.

P11- Apoiar o desenvolvimento da proposta curricular da unidade junto aos profissionais de educação física e utilizar tal documento na elaboração das atividades pedagógicas.

P12- O professor não pode ser omissos ou apenas deixar para os Pedagogos a elaboração de um documento tão importante. Acredito que o profissional de Educação Física se limita muito ao dar aula e não se envolver nos demais assuntos da escola.

P13- No momento não.

P14- Quando deixar de ser um documento e passar a ser realidade.

P15- Acredito que os professores de educação física devam fazer parte da elaboração do PPP, explanando sobre a relevância da disciplina.

P16- Criando projetos coletivamente entre o professor da classe e o professor da disciplina, inclusive por meio da interdisciplinaridade.

P17- Não tenho sugestões no momento

P18- Reuniões de formação com todos os professores sobre o que é PPP, a parte política e pedagógica, para definição das aprendizagens e com a participação de um especialista em Educação Física nesse processo.

P19- Acredito que participando ativamente na sua elaboração, fazendo a Educação Física acontecer de verdade, ser notada e valorizada de forma efetiva.

P20- Penso que para implementação do PPP de maneira séria e mais "correta", seria ter nos cargos de gestão, profissionais concursados, para terem autonomia e levarem em conta uma gestão democrática, e que não apenas "cumpra ordens".

P21- Realizar discussões anuais com todos os docentes e gestores para discutir e ressignificar itens do PPP

P22- Retomá-lo durante o ano. Cada professor poderia falar, em reunião, sobre como sua disciplina pode contribuir ou como tem contribuído: simples assim! Esta atividade serviria para que os profissionais enxergassem a importância de todas as disciplinas

P23- Seria necessário um espaço democrático, onde a direção estivesse disposta na construção em conjunto, e também iniciativa do professor de educação física em opinar e se impor

P24- Infelizmente, em minha experiência docente não tive a oportunidade de participar da elaboração do PPP

P25- O PPP deve ser um instrumento que todos devem conhecer, além também de entender o grau de importância que o mesmo detém sobre a prática pedagógica de

nos professores. Reuniões e encontros de educadores para debater o PPP seriam ótimas oportunidades para que os educadores se apropriem do documento.

5- Como a formação inicial em Educação Física poderia ser aprimorada para melhor preparar os professores para lidar com o PPP?

P1- Ser melhor trabalhada nas disciplinas durante o curso de formação inicial.

P2- Conhecer e entender o documento ajudaria

P3- Por meio de disciplinas que tragam essa discussão para a formação dos professores.

P4- Abordando com mais profundidade a importância do PPP para a Educação Física, mostrando que o profissional necessita atender o contexto da realidade do aluno.

P5- Com métodos simples e objetivos. Esclarecer organizadamente os pontos fundamentais que devem constar neste documento.

P6- Através do estágio.

P7- Inserir disciplinas com essa temática e/ou trabalhar especificamente o PPP e a Educação Física em disciplinas diferentes.

P8- Implementação dos ppp no currículo das universidades os seus objetivos e metas

P9- Abordando melhor o tema: PPP durante a graduação em educação física.

P10- Dar ênfase na sua grade de disciplina o PPP.

P11- O tema precisa ser debatido e colocado na grade curricular nos cursos de licenciatura.

P12- Informando do que se trata o PPP, como ele é elaborado, como ele pode auxiliar os professores ao longo dos anos.

P13- Como lidar com o PPP, o que seria o PPP e qual a importância dele na preparação dos planejamentos.

P14- Primeiro o professor de educação física tem que ser aceito como professor

P15- Os professores poderiam ser orientados sobre a importância de participarem da elaboração do PPP em suas unidades escolares, buscando a valorização da disciplina.

P16- Com cursos específicos sobre o PPP durante o trajeto acadêmico, inclusive conhecendo o PPP da universidade e das escolas em que os estudantes estagiam.

P17- Aprofundar mais no PPP

P18- O PPP tem que ser apresentado aos estudantes e mostrado sua importância e como se pode ser implementado na escola.

P19- Formando profissionais mais críticos, cientes de seu dever e papel dentro das escolas, que atuem de forma ativa e consciente desde a elaboração destes documentos até a prática especificamente.

P20- Creio que nesse sentido, as discussões e temas referente a questões de política educacional, história da educação e/ou disciplinas mais ligadas a educação sejam de suma importância, nesse sentido, talvez seja necessária uma readequação da grade curricular

P21- Creio que os cursos de licenciatura precisam dar mais importância ao tratar sobre o assunto.

P22- Ensinando esses alunos a serem humanos, autônomos e participativos na sociedade

P23- Acredito que através da grade curricular da universidade, estágio e curso de formação aos professores

P24- Sendo mais direta nessa questão, explicando e dando a oportunidade de conhecer um PPP

P25- A formação inicial em educação Física, no caso licenciatura, ainda está muito atrelado ao bacharelado, neste caso dentro da grade curricular dos cursos deve haver espaço para que os estudantes estudem e tenham acesso a este documento.

6- Na sua opinião, qual é a importância das formações continuadas para a compreensão e utilização do PPP na prática pedagógica dos professores de EF? Como sua escola poderia oferecer estas formações?

P1- É muito importante a formação continuada, visto que não se tem acesso aos cursos e os horários estabelecidos.

P2- Nos Hacs

P3- "Trabalho em rede uma rede onde é chamado Projeto Político Pedagógico Participativo (PPPP). Através de um HTPC em rede, a secretaria de educação realiza uma formação virtual para orientar sobre a importância deste importante documento. Posteriormente cada escola realiza por um período reuniões para construção/reconstrução. A questão é que o ensino fundamental 1 tem o olhar voltado predominantemente para a alfabetização. Desta forma, não existe coordenação pedagógica com o olhar que abrange a educação física. Desta forma, o professor de educação física que tenta convencer sobre a importância da disciplina. Acredito que

seria necessário um olhar para o estudante em sua integralidade, para que então a escola oferecesse formações para os professores deste componente curricular. Tenho 14 anos como docente, até hoje só me recordo de uma formação em HTPC sobre Educação Física, que por um acaso, foi um convite da gestão para que eu fizesse.

P4- "A formação continuada ajuda ao profissional está sempre atualizado referente a educação. As escolas poderiam oferecer palestras que abordam assuntos como o PPP, havendo troca de experiências."

P5- De suma importância. A escola poderia oferecer espaços regulares de tempo para que os professores troquem experiências entre si e definam a construção do PPP.

P6- Acredito que sim

P7- Importantíssimo para conscientizar a relevância de um PPP na Educação, pois percebo alguns que não compreendem o porquê do documento, ou o veem como "mais uma burocracia". As formações poderiam ser realizadas em formas de pesquisas, diálogos e pequenas vivências de como seria uma escola com um PPP "ativo".

P8- Sem as formações no modelo de hoje que são fora da realidade escolar

P9- É importante quando todos os envolvidos UE e comunidade compreendem que podem contribuir ativamente na vida escolar.

P10- A formação continuada pode contribuir para um melhor conhecimento sobre este documento, dar esclarecimento de como elaborar. A Escola poderia dar oportunidade e oferecer tempo para que os professores pudessem ter essa formação.

P11- A formação continuada ajuda a entender melhor a importância do PPP e como sua elaboração pode ajudar na EF, na escola o tema poderia ser abordado de melhor maneira e dar importância a todas as áreas de atuação e não realizar algo geral apenas.

P12- As formações em HTPC já são um ótimo caminho para começar. As HTPC's não podem ser estanques ou momento de recados, mas devem dar apoio ao professor.

P13- O PPP ajudaria muito na preparação do planejamento e as escolas poderiam utilizar os momentos de estudo para esse foco.

P14- Trabalhos dirigido para professor de educação física.

P15- Acredito que caiba a equipe gestora conscientizar seus professores sobre a importância da elaboração de um PPP que atenda às necessidades e especificidades de todos, e assim, deve ser elaborado por toda comunidade escolar.

P16- Aprofundamento sobre o PPP e conhecimento de boas práticas já realizadas por outros profissionais. Reconhecendo os projetos dos professores e anexando ao PPP da escola.

P17- Ótimas e de suma importância

P18- As formações podem acontecer em HTPC, na qual todos professores participam, de uma forma colaborativa e democrática, para que todos possam participar ativamente deste processo, tendo sempre como foco a comunidade escolar e o protagonismo do aluno, para tornar uma sociedade mais humana, inclusiva, justa e democrática.

P19- "Acredito que elucidando a importância da participação de todos e influência de cada um no processo de elaboração e como colocar em prática. Na minha rede, somos em poucos professores de Educação Física, mas entendo que nossa formação seria melhor aproveitada se fosse realmente voltada para a disciplina, não de forma geral como vem acontecendo. As contribuições seriam mais consideráveis e os profissionais se sentiriam pertencentes de fato na educação local."

P20- Formação continuada deve acontecer em toda rede, especificamente para os professores de EF, tendo em vista que as formações, reuniões e afins, normalmente contemplam apenas os "professores de sala/pedagogos".

P21- Muito importante nos atpcs

P22- É muito importante para construção ou manutenção do ensinar e aprender do professor

P23- A condição docente necessita de constante estudo e adaptação, a formação continuada é uma necessidade para o trabalho. A escola poderá oferecer nas reuniões pedagógicas e através de convites e parcerias com outros órgãos para promover cursos.

P24- Extremamente importantes, pois é com elas que seguiremos todos juntos para alcançarmos os objetivos da escola. Onde leciono nem na elaboração do PPP participamos, então não sei como responder essa questão

P25- Estas formações poderiam ocorrer nos htpcs.

7- Você tem alguma sugestão de temas que poderiam ser abordados em formações continuadas sobre a Educação Física e o PPP na Educação Infantil?

P1- Não.

P2- O corpo brincante, desenvolvimento motor como conhecimento de mundo...

P3- Jogos, brinquedos e brincadeiras e a ludicidade.

P4- Um tema interessante seria frisar a importância do PPP para o profissional de educação física e a importância da educação física na educação infantil.

P5- Educação e Ludicidade; A Educação Física através de jogos e brincadeiras; A

importância do Brincar na educação infantil;

P6- Um dos temas de extrema importância, é um espaço amplo e adequado na escola para as práticas corporais.

P7- A relevância da disciplina no processo de desenvolvimento cognitivo, motor e cultural do ser humano, especialmente na fase da educação infantil.

P8- Sociologia e os parâmetros da comunidade

P9- Não

P10- "Como é vista a escola para além dos muros?"

P11- "Qual a importância do PPP na educação infantil? A relação PPP -EF - ensino infantil."

P12- Além das HTPC's as Secretarias de Educação podem oferecer minicursos e oficinas com certificação.

P13- O conceito de "infâncias" quem é essa criança que está no nosso ambiente.

P14- Não

P15- "- Conceito e importância de um PPP. A BNCC , educação física e educação infantil. Habilidades essenciais que devemos ter conhecimento, ao tratarmos da educação física na educação infantil "

P16- A valorização da cultura corporal de movimento no PPP da Educação Física Infantil.

P17- Nenhuma

P18- Conteúdo de Ed. Física, habilidades, competências, propostas híbridas (mesclar os documentos oficiais com outras teorias da Ed. Física), propostas progressistas (principalmente as pós-críticas), avaliação, metodologias (situações didáticas e princípios pedagógicos).

P19- Não sei se entraria como um tema, mas acredito que a valorização e a consciência de pertencimento do profissional são fundamentais.

P20- Planejamento participativo, gestão democrática, projetos inter e transdisciplinares...

P21- Principais objetivos e manifestações culturais para serem abordadas de acordo com a realidade da comunidade escolar.

P22- Aliar os conteúdos da EF ao PPP. Os conteúdos atitudinais que são ensinados e refletidos após qualquer aula se aliam sempre ao PPP da escola

P23- Educação física e PPP, uma construção democrática

P24- Movimento, lateralidade, competitividade saber ganhar e perder,

P25- Qual teoria da Educação embasa o PPP

ANEXO C – PRODUTO EDUCACIONAL

Este produto educacional é um material elaborado a fim de cumprir um dos requisitos para a titulação de mestre, pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

Título: EDUCAÇÃO FÍSICA E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Uma abordagem Interdisciplinar para o PPP

PRODUTO EDUCACIONAL

EDUCAÇÃO FÍSICA E OS CAMPOS DE
EXPERIÊNCIAS DA BNCC NA
EDUCAÇÃO INFANTIL - Uma abordagem
Interdisciplinar para o PPP





APRESENTAÇÃO

Este material é um produto educacional referente à dissertação de Mestrado intitulada: **EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: o professor como agente protagonista.**


Poderá ser utilizado na elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico na educação infantil, como base para um projeto interdisciplinar, com enfoque na educação física.





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
O PPP e o PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	3
BNCC e EDUCAÇÃO FÍSICA.....	9
ESPAÇO, TEMPO, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.....	11
O EU, O OUTRO E O NÓS.....	15
ESCUITA, FALA, PENSAMENTO, IMAGINAÇÃO.....	20
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS.....	23
CORPO, GESTOS E MOVIMENTO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30



INTRODUÇÃO

A Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento e formação integral das crianças, fornecendo experiências educativas que promovem o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Nesse contexto, a educação física olhada sob o enfoque da linguagem corporal, surge como um campo de conhecimento que traz este elemento integrador no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil é um documento orientador que estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças nessa fase educacional. Os Campos de Experiências da BNCC fornecem uma estrutura ampla para o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas, contemplando diferentes aspectos do desenvolvimento infantil. Entretanto, existe uma questão desfavorável em relação à Educação Física, que é a sua ausência na BNCC da Educação Infantil. A falta de inclusão da Educação Física representa um desafio, pois pode dificultar a defesa da importância dessa disciplina.

Contudo, há um entendimento que considera a presença do professor com formação em Educação Física como imprescindível nesse contexto. Isso se deve às contribuições específicas que esses profissionais podem oferecer no que diz respeito à forma como o trabalho pedagógico com o corpo, o movimento, os jogos e as brincadeiras pode ser desenvolvido nesta etapa escolar. (MARTINS, 2018)

Sendo assim, este caderno de orientações tem como objetivo explorar a relação entre a educação física e os Campos de Experiências da BNCC na Educação Infantil e através deste enfoque, ajudar na construção de um PPP que tenha como principal objetivo o desenvolvimento integral das crianças desta etapa de ensino. Por meio de uma abordagem teórico-prática, serão apresentados capítulos específicos para cada um dos Campos de Experiências, analisando como a educação física pode enriquecer e potencializar o desenvolvimento das crianças e estabelecer um campo interdisciplinar, através da linguagem corporal, onde amplie a aproximação com os docentes de outras áreas de conhecimento (pedagogos, artes, musica, etc). Também, afastar a tendência em transformar os campos de conhecimento em compartimentos, semelhantes às disciplinas do ensino fundamental, trazendo uma visão complementar e convergente a estes campos. (LENOIR, 2008).

Serão apresentados também caminhos para que o professor desempenhe um papel protagonista e ativo na contribuição para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), em uma perspectiva interdisciplinar, na qual a linguagem corporal ganha destaque como elemento integrador no âmbito do conhecimento da Educação Física, especialmente no que se refere ao movimento corporal. Nesse processo de construção, o professor, juntamente com os demais membros da equipe escolar, colaborará para a definição dos conceitos de infância e educação infantil, bem como para a identificação do perfil da escola e das características da comunidade. Além disso, eles estabelecerão objetivos e metas de aprendizagem.

O PPP e o PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Mas afinal, o que é PPP?

O Projeto Político Pedagógico, obrigatório para todas as escolas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é um documento que define os objetivos da escola e as ações planejadas para alcançá-los. Também chamado de projeto pedagógico, seu propósito fundamental é orientar a atuação da instituição de ensino. Complementando, Veiga (1997), nos diz que “o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade” (VEIGA, 1997, p.14).

O PPP invariavelmente é constituído de três marcos: contextual, conceitual e operacional. (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum Curricular, 2019). Cada um com seus objetivos específicos:

1. Marco contextual - Descreve a região onde a instituição está situada, o perfil demográfico e socioeconômico das famílias que atende e as características da cultura local, por exemplo.
2. Marco conceitual - Traz o embasamento teórico que serve de sustentação ao trabalho pedagógico realizado na instituição - ex: os conceitos de infância, criança, Educação e Educação Infantil ali adotados. É também neste marco que são apresentados os documentos que dão suporte às práticas educacionais - ex: DCN, BNCC e currículo do estado/município.

3. Marco operacional - Apresenta o diagnóstico da creche ou pré-escola – onde está, neste momento, com base em indicadores de qualidade da Educação Infantil –, onde quer chegar e que ações irá realizar para atingir seus objetivos – metodologias, espaços, equipamentos e materiais que adotará, projetos que quer realizar por faixa etária, parcerias que estabelecerá.

Ao observarmos o Projeto Político Pedagógico (PPP) de diferentes escolas, notaremos que ele pode variar em formato e conteúdo. Aqui estão algumas sugestões de componentes importantes que são essenciais para discussão com a equipe e servem como um guia para o que se pretende planejar e alcançar. É fundamental que esses componentes se relacionem e contribuam para dar sentido ao que se deseja promover.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE E DA ESCOLA
2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR
3. DIAGNÓSTICO COM BASE NOS INDICADORES EDUCACIONAIS DA ESCOLA
4. MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES DA ESCOLA
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E BASES LEGAIS
6. PLANO DE AÇÃO E/OU ATIVIDADES
7. OUTROS ITENS

Para o professor de educação física, ampliar sua voz, no sentido de apresentar as possibilidades de um trabalho interdisciplinar, em que a linguagem corporal esteja presente e de maneira integradora, é condição essencial sua participação durante todos os momentos de elaboração e implementação do PPP, a fim de relacionar, conceituar e exemplificar estas possibilidades. Portanto, não basta somente apresentar projetos ou atividades isoladas, mas sim defender de maneira veemente a necessidade de aproximação de todas as disciplinas, no intuito de um desenvolvimento integral das crianças, na direção da quebra de alguns paradigmas dentro da educação infantil.

Exemplificando, vamos elencar o conceito de infância, atribuído pelas DCNEI, e que deverá ser discutido no momento de designar a fundamentação teórica e as bases legais, que darão subsídios para os planos de ação e/ou atividades.

“Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (DCNEI/2010).

Fácil perceber que, a linguagem corporal está presente em todos os quesitos apresentados neste conceito. Na construção da sua história, nas interações com os pares e adultos, nas brincadeiras, imaginação, nos desejos, aprendizados, etc. Portanto, em todos os momentos do seu cotidiano na EI. Claro então, que o professor de EF, possui subsídios suficientes de, opinar e sugerir e ver respeitadas todas as suas propostas para todos os âmbitos da instituição. Os recreios, os espaços, os materiais, os tempos dentro e fora das salas, frequência de atividades, assim como obviamente os projetos.

A partir destes princípios, perguntas podem e devem emergir:

- Que tipo de brinquedos utilizam? São estruturados ou não estruturados? Há possibilidade de aproximação com a natureza através de brinquedos não estruturados? Estimula-se a imaginação? Professores interagem com as crianças durante a brincadeira? Brincadeira "livre" (O que é isso? Para que serve?).
- O tempo da atividade é rígido, controlado? Quanto tempo ficam em sala, sentados? Podem explorar o ambiente? Tem autonomia para isso? Os espaços, materiais e mobiliários, favorecem a autonomia?
- Que tipo de cultura lhes é apresentada? É hegemônica ou diversa? É apresentada educação étnico-racial?

Muitos temas podem aparecer, e a partir destes questionamentos e reflexões, começam a surgir as aproximações e possibilidades com as outras áreas de conhecimento: música, artes, as linguagens diversas trazidas pela professora pedagoga e outros especialistas, ampliando as possibilidades interdisciplinares.

Em resumo, o professor de educação física, em todo o processo de construção do PPP, deve enfatizar sempre a importância do brincar, movimentar-se, da cultura do corpo, da ludicidade, como característica inerente e onipresente na etapa da educação infantil, propondo alternativas e possibilidades de quebra de modelos que contradizem este perfil. Por isso, este professor, com uma postura integradora, facilitadora e interdisciplinar, deve mobilizar todos os atores envolvidos nesta construção, que tenham sempre em mente a importância de:

- Destacar que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que confere singularidade à instituição, mesmo que sua estrutura física seja semelhante a outras unidades da rede de ensino.
- Enfatizar a relevância da Educação Infantil no desenvolvimento dos alunos ao longo de sua trajetória escolar. O PPP de uma instituição de Educação Infantil deve abranger as particularidades dessa etapa, seus principais temas, o vocabulário específico, e ressaltar a prioridade dada às crianças nas decisões institucionais.

- Promover a criação e implementação dos PPPs como uma oportunidade de capacitação para toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários e famílias, a respeito do novo currículo e da identidade da Educação Infantil.
- Reiterar as diretrizes estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na BNCC, além de disponibilizar recursos que abordem os aspectos técnicos e pedagógicos específicos dessa etapa de ensino.

Desta forma, o professor de EF, colaborativo e protagonista, poderá ajudar na elaboração de PPPs que incorporem as características singulares das crianças da comunidade escolar, ao mesmo tempo em que promovam o planejamento de práticas educacionais abrangentes para assegurar o desenvolvimento integral de todos os alunos.

BNCC e EDUCAÇÃO FÍSICA

Dentre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos na BNCC, destacam-se: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos são fundamentais para promover a formação integral das crianças e criar uma base sólida para o seu desenvolvimento ao longo da Educação Infantil.

O direito de **conviver** implica interagir com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens. Essa interação amplia o conhecimento de si e do outro, promovendo o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

O direito de **brincar** é essencial para o desenvolvimento infantil. Ao brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, as crianças ampliam e diversificam seu acesso a produções culturais, conhecimentos, imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

A **participação** ativa é um direito que envolve tanto o planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador, como também a realização das atividades da vida cotidiana. As crianças são estimuladas a participar ativamente na escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens, elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

A exploração é um direito que possibilita às crianças explorarem movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos e elementos da natureza. Essa exploração ocorre tanto na escola quanto fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades, como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar-se como sujeito dialógico, criativo e sensível é um direito que permite às crianças manifestarem suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural é um direito que as crianças exercem ao vivenciarem diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Ao explorar as interações entre a educação física e os Campos de Experiências, buscamos fornecer subsídios teóricos e práticos para educadores, pesquisadores e profissionais da área da Educação Infantil. Por meio da compreensão dessas inter-relações, espera-se ampliar as práticas pedagógicas dentro de um olhar interdisciplinar, além de ajudar na construção de um PPP que realmente possa nortear as práticas dentro da educação infantil. Deste modo, auxiliar no desenvolvimento pleno das crianças e contribuir para uma Educação Infantil de qualidade.

A seguir, aprofundaremos a relação entre a educação física e cada um dos Campos de Experiências da BNCC, apresentando exemplos de atividades e estratégias que podem ser aplicadas no contexto educacional.

ESPAÇO, TEMPO, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.

A possibilidade de a criança explorar e interagir, desde tenra idade, com o mundo sociocultural em que está inserida, proporciona estímulos para o desenvolvimento deste vasto campo de experiências. Através do meio social a criança explora e interage de várias maneiras:

- Em diferentes espaços (campo, praia, cidades, estruturas físicas, etc.)
- Relação com pessoas (família, escola, condomínio, clubes, igrejas, etc.)
- Objetos e outros seres vivos com suas diferentes funções e propriedades.

Com estas interações, começam a emergir amplos conceitos sobre:

1. TEMPO (antes, depois, noite, dia, etc.)
2. QUANTIDADES (muito, pouco, contagem, contato com números, medição de espaço, distância, etc.).

Além disso, quando a criança explora, surge a oportunidade de estabelecer relações entre os espaços, objetos e pessoas e suas inerentes transformações. Isto possibilita que possa utilizar, através da sua expressão motora e da linguagem, estes atributos em seu cotidiano sociocultural. Consubstanciado por Piaget, partimos da premissa que é de extrema importância proporcionar na Educação Infantil, atividades e situações desafiadoras, que possam aguçar a curiosidade e que deem plena liberdade para a busca, exploração, comparação, formulação de hipóteses, etc. Só assim, ela irá assimilar plenamente o novo estímulo, comparar com os engramas/esquemas que já possui, para

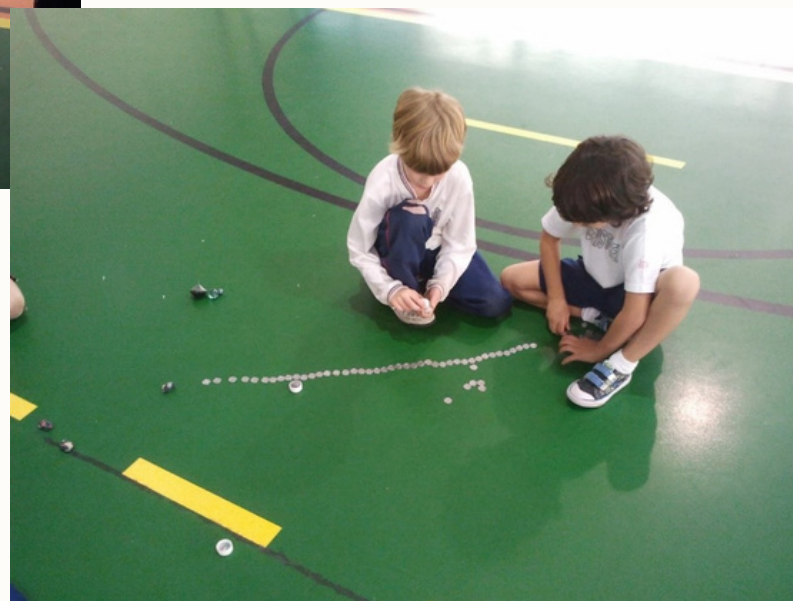
finalmente elaborar e acomodar em uma nova aprendizagem, com sua marca pessoal. Devemos também lembrar que, segundo Wallon, esta interação e apreensão da realidade só irá tornar-se “conhecimento” com uma atenção tônica seletiva, alicerçada pelo vínculo afetivo-emocional. Em complemento, Vygotsky nos fala da necessidade do contexto social para a eclosão da inteligência no ser humano. Resumindo, podemos dizer que, o desenvolvimento pleno da criança se dará exclusivamente em um ambiente “sócio construtivista afetivo”.

Dentro desta perspectiva, onde a linguagem corporal é estimulada em um ambiente de exploração, autonomia, interação e afetos, o professor de educação física é capaz de percorrer este campo de experiência, de forma interdisciplinar.



Atividade em que as crianças preenchem com palitos de fósforos, as palavras criadas por elas.

Desdobramentos da atividade: imitação, contagem, criação de histórias.



Variação com pedrinhas e tampinhas.



Exploração do espaço: contextualizando com uma história, abordando cores, texturas, tamanhos. Inserindo desafios (pontes, tunel, montanhas, animais, etc.). Estabelecendo vínculos afetivos, cooperação e empatia.

O EU, O OUTRO E O NÓS

Conforme as contribuições de Wallon, à medida que a criança vivencia e explora o mundo por meio dos movimentos, ela desenvolve uma maior intencionalidade em suas ações e estabelece um diálogo afetivo através de códigos posturais, tendo como base o tônus muscular. Esse diálogo consigo mesma, com os outros e com o mundo vai se ampliando e enriquecendo seu processo de desenvolvimento.

Através desta abordagem, a criança tem a oportunidade de experimentar e expressar seu corpo de maneira significativa, explorando suas habilidades motoras, sensoriais e emocionais.

Ao desenvolver a consciência corporal e a autonomia motora, a criança adquire um sentimento de competência e domínio sobre seu próprio corpo. Ela aprende a explorar suas capacidades e limitações, a superar desafios e a expressar suas emoções e pensamentos por meio do movimento. Essa experiência fortalece sua autoestima e confiança em si mesma, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade pessoal saudável.

Além disso, esta abordagem promove a interação social e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Durante as atividades, as crianças têm a oportunidade de se relacionar com seus pares, compartilhar experiências, cooperar e desenvolver o senso de reciprocidade. Essas interações proporcionam o aprendizado sobre as relações interpessoais e estimulam a empatia, a solidariedade e o respeito pelo outro. É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados

peçoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. (BNCC,2018).

Trazendo valores, crenças e visões diferentesde outras culturas, amplia seu repertório, possibilita comparações e ressignificações. A criança tem um papel ativo na na sua condição de ator social e produtor de cultura. Não é passiva. (Friedmann, 2012)

Atividade relacionado ao projeto "Vivências", onde as crianças conheceram brincadeiras de outros países. "ACERTE O GRAVETO" (Cultura Chinesa)





Brincadeira Indígena "Gavião e os passarinhos"





Jogando uma "lança"



Atravessando o "rio"





Atividades com pano: estabelecendo vínculos com os pares e com o professor. Na brincadeira, alegria, cumplicidade e confiança, os laços afetivos se constroem.

ESCUA, FALA, PENSAMENTO, IMAGINAÇÃO

Através da linguagem, a criança se expressa, compartilha seus pensamentos, escuta, imagina, cria, reconta histórias e realiza suas ideias. É por meio da linguagem que a criança se relaciona com os outros, consigo mesma e com o mundo, revelando sua inteligência, suas emoções e suas habilidades sociais.

A linguagem é o que nos diferencia das outras espécies, pois somos seres inteligentes, capazes de nos comunicar de maneira complexa e sofisticada. Na infância, além da fala, a criança utiliza todos os seus recursos corporais para se comunicar de forma significativa e inteligente. Por exemplo, em uma atividade de imitação, quando ela ouve o som de um animal sua imaginação é ativada, além de seus conhecimentos prévios, e ela relaciona esse som com um movimento específico. Ela então expressa esse movimento por meio da fala, conectando-o com seu próprio corpo e, por fim, imitando o movimento do animal.

Durante todo esse processo, ocorrem diversas conexões neuro funcionais importantes, envolvendo a prontidão tônica, a atenção, a concentração, a recepção auditiva e visual, a memória, os dados proprioceptivos, o conhecimento do esquema e da imagem corporal, as praxias e muito mais. A criatividade é estimulada, trazendo prazer e alegria, facilitando relações e interações.

Portanto, é fundamental estimular a criança integralmente para alcançar os objetivos propostos nessa área de aprendizagem da BNCC. Atividades como contar histórias, produzir contos orais e escritos, participar de rodas de conversa, realizar imitações, mímicas, jogos e brincadeiras são excelentes formas de estimular a linguagem, ampliando o seu repertório para todas as formas de comunicação. Por isso, na Educação Infantil, é importante promover essas experiências nas quais as crianças, potencializando sua participação na cultura oral, pois é nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (BNCC, 2018).



Cooperação, autonomia e imaginação na atividade de montagem de uma “cidade” com alunos de 4 anos.



Na “ cidade” havia uma casa, com livros, revistas e gibis, bolas, bambôles e outros objetos. Brincavam, trabalhavam, limpavam a casa, etc. Podiam circular livremente pela cidade, através das ruas criadas por eles. Surgiram falas do contexto familiar, das relações, regras sociais, “deveres e obrigações”. Surgiram oportunidades para abordar temas como: trabalho infantil, relações familiares, étnicas, o papel da mulher na sociedade, etc.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Existem possibilidades de estimular o desenvolvimento das crianças na educação infantil por meio desse campo de aprendizagem. Diversas atividades, como pintura, modelagem, colagem, fotografias, músicas, teatro, danças e audiovisual, permitem que a criança experimente diferentes sensações proprioceptivas, ou seja, sensações relacionadas à superfície corporal, ao toque e aos músculos, assim como sensações exteroceptivas, envolvendo a visão e a audição.

Ao dançar, manipular objetos, reconhecer suas propriedades, participar de encenações, mímicas e apreciar melodias, a criança desenvolve um maior controle tônico, que engloba a atenção e a concentração.

É importante ressaltar que todas essas conquistas estão intimamente ligadas à apropriação gradual, por parte da criança, da cultura do meio social em que ela vive. Todo esse processo contribui significativamente para o desenvolvimento de sua identidade e autonomia, sendo fundamental compreender o movimento não apenas sob uma perspectiva mecanicista, mas também a partir de uma justificação antropológica e cultural, como mencionado por Vitor da Fonseca.

Portanto, ao explorar o campo de aprendizagem "Traços, Sons, Cores e Formas" da BNCC em conjunto com a educação física, estamos proporcionando às crianças oportunidades enriquecedoras para o desenvolvimento integral, estimulando suas habilidades motoras, sensoriais, cognitivas, sociais e emocionais. Ao envolvê-las em atividades artísticas, sensoriais e expressivas, estamos contribuindo para que elas ampliem seus horizontes, explorem sua criatividade e se apropriem de maneira significativa do mundo ao seu redor.



Bolinhas coloridas: separação por cores.

Atividades com jornal: confecção de bola de meia





Preenchimento do corpo



Rasgadura de jornal em tiras para confeccionar "gira-gira"

Variações:

- Amassar o jornal e fazer bolas com fita crepe.
- Usar a folha de jornal para imitações: nas costas vira uma tartaruga, nos braços, um avião.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTO

O movimento corporal é considerado o campo de conhecimento da educação física e cumpre um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Através do corpo, a criança adquire noção de espaço, lateralidade, sentimento de competência, expressões de afeto e compreensão das emoções, se apropria da cultura ao seu redor.



Estamos no Circo!

Após uma apresentação de vídeo e fotos sobre o circo, as crianças foram estimuladas a criar e experimentar atividades circenses :
malabarismo, equilibrista,
contorcionista, etc.

Diversos estudiosos renomados, como Piaget, Wallon e Vygotsky, reconhecem de forma unânime a importância do corpo na aprendizagem, tanto no contexto formal quanto no informal. O corpo é capaz de se expressar, interagir e comunicar. Portanto, o campo de aprendizagem "Corpo, Gestos e Movimento" da BNCC está intrinsecamente relacionado aos demais campos, devido à sua natureza integral na educação infantil.

O gesto e o movimento intencional desempenham um papel fundamental nesse processo. Por meio de jogos, brincadeiras e atividades em sala de aula, bem como na expressão das relações e vínculos entre alunos e entre alunos e professores, o gesto e o movimento se tornam elementos-chave para a observação, compreensão, intervenção e estímulo do desenvolvimento integral da criança. Inclusive, em relação à idade, quanto menor a criança, mais elas precisam dos adultos para que interpretem o significado de seus movimentos e expressões, auxiliando-a nas suas necessidades. (Finck, 2015).

Ao promovermos um ambiente educacional que valoriza e incorpora a educação física, estamos proporcionando às crianças oportunidades significativas para explorar e desenvolver seus corpos, gestos e movimentos. Essa abordagem possibilita que elas ampliem suas capacidades motoras, sensoriais, emocionais cognitivas e sociais.

Portanto, ao reconhecermos a importância do corpo, dos gestos e dos movimentos na educação infantil, estamos criando um ambiente propício para que as crianças se expressem, se movimentem livremente, interajam com o mundo ao seu redor e construam conhecimentos de forma significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos a educação física e sua práxis pedagógica na Educação Infantil, e as possibilidades de exploração dos cinco campos de experiência da BNCC, podemos concluir que a linguagem corporal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz um conjunto de objetivos e competências a serem desenvolvidos na Educação Infantil, e a educação física se integra de forma interdisciplinar e transversal em todos os campos de aprendizagem propostos. Através de atividades lúdicas, desafiadoras e adequadas ao desenvolvimento das crianças, é possível estimular a autonomia, o senso de reciprocidade, o autocuidado, a expressão de pensamentos e sentimentos, a criatividade, a imaginação, entre outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil. Neste sentido, importante ressaltar a grande importância do vínculo nesta etapa, com as pessoas e com o ambiente. Especificamente, o professor tem um papel fundamental, pois ao estabelecer este vínculo, proporciona segurança e confiança para a criança, além de abrir um leque imenso de possibilidades de aprendizagem. Para isto, não basta se relacionar, professor e aluno tem que se relacionar a respeito de algo. Os relacionamentos precisam conter interesse e envolvimento mútuo. Brincar juntos, se divertir juntos, sorrir juntos. (Edwards, 2016)

É importante ressaltar que a educação física vai além do aspecto motor, envolvendo também aspectos emocionais, sociais e cognitivos. O corpo, os gestos e os movimentos são veículos de expressão, comunicação, interação e intencionalidade, permitindo que a criança se torne protagonista de suas ações e desenvolva sua identidade e autonomia no seu meio social.

Assim, a inclusão da educação física com este viés, no PPP da escola, desponta como uma excelente possibilidade, destacando a interdisciplinaridade e a interação entre os campos de experiência da BNCC. Isso implica na necessidade de planejar atividades que incorporem não apenas os aspectos motores, mas também os emocionais, socioculturais e cognitivos das crianças. Além disso, é fundamental que o PPP promova a formação de vínculos sólidos entre professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, reconhecendo o professor como um agente fundamental nesse processo.

Nesse contexto, o PPP pode ser orientado para promover uma abordagem abrangente da educação infantil, enfatizando a importância do brincar, da exploração do corpo e do movimento como recursos para o desenvolvimento da identidade e autonomia das crianças. Ao incorporar esses princípios e valores, o PPP da escola contribuirá significativamente para o desenvolvimento integral das crianças, possibilitando que elas assumam um papel central em sua própria trajetória educativa e de cidadania, preparando-as para um futuro de aprendizado contínuo e participação ativa na sociedade.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As Cem Linguagens da Criança: Volume 1: A Abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância*. Penso Editora, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa de Lima. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. 1992.

LENOIR, Yves. *Didática e Interdisciplinaridade: Uma complementaridade necessária e incontornável*. In: Ivani CA. Fazenda (org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FINCK, O corpo em movimento na escola: questões e reflexões sobre o desenvolvimento infantil. In: Camargo, Daiana; Santa Clara, Cristiane W. de (org.). *Educar a criança do século XXI: outro olhar, novas possibilidades*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 237.

FRIEDMANN, Adriana. *O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão*. 1 ed. São Paulo : Moderna, 2012.

FONSECA, Vitor; MENDES, Nelson. Escola, Escola, quem és tu? Editora Artes Médicas. Porto Alegre. 1987.

MARTINS, R. L. D. R. O lugar da educação física na educação infantil. Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2018.

MOVIMENTO pela Base Nacional Comum. BNCC na Educação Infantil: Orientações para gestores municipais sobre a implementação dos currículos baseados na Base em creches e pré-escolas Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/bncc-educacao-infantil/?s=bncc>>. Acesso em: 28 out. 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO : orientações para o gestor escolar / textos Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo : Fundação Santillana, 2016.

SILVA, Adriana et al. Culturas Infantis em creches e pré-escolas: estagio e pesquisa. Autores Associados, 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Papirus Editora, 2013.